



filantropia[®]

Voluntariado & Terceiro Setor

Comunicação digital

Internet: uma poderosa ferramenta para otimizar a comunicação de sua entidade

Legislação

Há imunidade tributária para fundações de apoio e pesquisa?

Responsabilidade social

Como as certificações ajudam a melhorar a imagem das empresas

Voluntariado

Conheça as ações solidárias do Instituto Presbiteriano Mackenzie



RECURSOS PÚBLICOS

Saiba quais são os benefícios e os fundos que o governo federal dispõe e como obter acesso a eles

Entrevista

Paulette Maehara

Uma das maiores especialistas em captação de recursos elogia o trabalho de profissionais brasileiros nesta área



2005

É preciso estar preparado!

Um novo ano se aproxima e, com ele, novas expectativas e a esperança de dias melhores. No final do ano passado, a exemplo de todo mês de dezembro, aguardamos a virada do ano para pôr em prática os projetos arquivados devido à falta de tempo e excesso de prioridades.

A culpa em não conseguir checar toda a lista de projetos para aquele determinado ano geralmente recai sobre um terceiro ou, mais precisamente, sobre o governo, a economia, as políticas públicas e todo um mar de álibis.

Tecer um bom planejamento para 2005 requer, entre outros aspectos, saber que teremos altas e baixas na bolsa de valores, no dólar, nos juros e todo aquele malabarismo fundado pela economia mundial. Mudanças legislativas em todas as esferas de governo que burocratizam ainda mais o serviço social no país e emperram a operacionalização pró-ativa. Internamente, profissionais em que a entidade confia deixarão de participar de seu quadro de colaboradores, assim como novos colaboradores aliados a novas soluções virão fazer parte do time. Toda essa imensa massa de imprevistos terá de fazer parte da receita do sucesso de 2005.

Se não quisermos que o bolo desande, o improviso e as mudanças devem estar incluídos no planejamento e, para tanto, devemos esquadrihar planos B, C, D...

Essas rotas de fuga significam não só traçar segundas estratégias, como também saber qual será o fator que determinará a mudança da atual vertente para o "plano B". Em uma cirurgia emergencial, a equipe médica precisa ter seus procedimentos todos bem alinhavados e saber exatamente o que fazer caso o paciente tenha, no meio da cirurgia, uma parada cardíaca. Não há como parar todos os procedimentos e fazer uma reunião da equipe médica a fim de decidir o que fazer.

Agora é o momento de traçar os objetivos, construir o orçamento, traçar metas, definir estratégias e ter tarefas delegadas a todos os colaboradores ligados direta e indiretamente aos projetos, que devem estar cientes e de acordo com os micro e macro objetivos da entidade.

Segundo os mais diversos tipos de especialistas, o ano de 2005 promete crescimento. Para tanto, só quem tiver arado bem seu terreno poderá tirar bons frutos do próximo período.

Nesse enredo, poderemos entrar em 2005 com pé direito e mangas arregaçadas para, daqui a um ano, podermos dizer: missão cumprida!

Boas festas e uma entrada de ano repleta de boas expectativas.

"O mundo é um lugar
perigoso de se viver, não
por causa daqueles que
fazem o mal, mas sim
por causa daqueles que
observam e deixam o
mal acontecer."

Albert Einstein

Conselho Editorial

Resultados empreendedores

O Instituto Empreender Endeavor, organização sem fins lucrativos de apoio a empreendedores, promoveu o Jantar de Resultados 2004 para apresentar as conquistas e definir as próximas metas dos principais executivos do país. Durante o jantar, executivos de grandes empresas como Magazine Luiza, Microsiga, Ibmecc e Blue Tree se tornaram *chefs* voluntários. A renda do evento será revertida para o instituto.

 www.endeavor.org.br

Esportes radicais e inclusão social

A prática de esportes radicais como escalada e surfe para crianças com necessidades especiais aumenta a auto-estima e colabora para a inclusão social. A sensação de superação de limites e a chance de socialização são alguns benefícios, além da melhoria no condicionamento físico. A ONG Aventura Especial, criada em 2003, já ofereceu aulas de skate e escalada para crianças com dificuldade de locomoção, porém, o projeto teve de ser interrompido por falta de patrocínio. A organização também tem cursos para adultos.

 www.aventuraespecial.com.br



MATHEUS BEKS

Leilão da Fundação Abrinq

O 4º Leilão da Fundação Abrinq "O Artista pela Criança" reuniu obras pintadas por 44 artistas paulistas, cariocas, mineiros e goianos. A exposição sobre o aniversário da cidade de São Paulo foi composta por esculturas em bronze, madeira, cobre e latão, e telas feitas com técnicas variadas, como colagem com aplicação de prata e óleo sobre tela. A quantia arrecadada foi revertida para as ações da Fundação Abrinq.

 www.fundabrinq.org.br



DIVULGAÇÃO

Participantes do leilão

Patrocínio de projetos

O Programa Petrobrás Fome Zero, iniciado no começo do ano para financiar projetos de combate à miséria por meio de geração de emprego e renda, selecionou 59 iniciativas para serem apoiadas. Mais de 5.800 instituições de todo o país se inscreveram e, após diversas triagens, foram escolhidas algumas que bem representavam a melhoria da qualidade de vida da sociedade. A renda destinada a esses patrocínios é de R\$15 milhões.

 www.petrobras.com.br

Microcrédito e os objetivos do milênio

De acordo com a ONU, o microfinanciamento ajuda as famílias mais pobres a gerar mais renda, fazendo com que a economia do país como um todo fique mais forte. Por isso, em 2005, a Organização das Nações Unidas vai lançar o Ano Internacional do Microcrédito, quando também serão lançados alguns objetivos nessa área, como aumentar a consciência do público sobre o assunto, promover sistemas financeiros utilizando o microcrédito e encorajar parcerias entre governos, órgãos da ONU, setor privado e empresas de microcrédito.



DIVULGAÇÃO

Congresso Ibope-Unesco

O III Congresso Ibope-Unesco, promovido pelo Ibope, Unesco e Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), reuniu especialistas em educação e estudantes de diversos estados do país para divulgar e discutir os resultados do projeto Nossa Escola Pesquisa sua Opinião (Nepso). O projeto tem como propósito levar a pesquisa de opinião como ferramenta de aprendizagem nas escolas da rede pública. A iniciativa existe há 4 anos e está presente em cerca de cem escolas públicas. A metodologia já foi utilizada para aprender matemática, português, biologia, entre outras matérias.

Carlos Augusto Montenegro, presidente do grupo Ibope, Âmbor de Barros, representante da Unesco no Brasil, Vera Masagão Ribeiro, coordenadora de programas da ONG Ação Educativa, Mariana Valente, representante de educação ambiental da WWF Brasil, e Daniela Fonseca Reis, gerente do Instituto Votorantim

Prêmio Qualidade na Educação Infantil

A quinta edição do Prêmio Qualidade na Educação Infantil, realizado pela Fundação Orsa, foi entregue a 24 professores da educação infantil de escolas públicas de todo o país. O prêmio leva em consideração itens como inovação e importância educativa e pedagógica. Além dos vencedores, foi eleita a melhor experiência de todo o território nacional que, este ano, foi a professora Leliane Arruda, de Guarapava/PR. A premiação consiste em R\$ 3 mil em dinheiro e um baú de brinquedos, livros e material didático.

 www.fundacaoorsa.org.br

Apresentação do Nós do Morro

O grupo de teatro formado por jovens da comunidade do Vidigal, morro da zona sul do Rio de Janeiro, apresentou curta temporada do espetáculo "Sonho de uma noite de verão – uma intromissão do Grupo Nós do Morro no universo de Shakespeare". A peça foi apresentada em São Paulo, no teatro Augusta. Com 18 anos de existência e mais de 30 peças encenadas, o Nós do Morro tem o selo oficial da Unesco, dois Prêmios Shell, um Prêmio Coca-Cola de Teatro Jovem, entre outros, como reconhecimento por seu trabalho artístico. O grupo é reconhecido por conseguir quebrar estigmas e preconceitos e inserir jovens carentes no mercado de trabalho artístico, tendo ganhado projeção internacional com o filme Cidade de Deus, sendo que um terço do elenco era constituído pelos atores do Nós do Morro.

 www.nosdomorro.com.br



Jogos Panamericanos 2005

Em 2005, São Paulo será sede da quarta edição dos Jogos Panamericanos para Cegos e Deficientes Visuais. O evento, que acontecerá no segundo semestre, sem data exata ainda, abrigará provas de atletismo, judô, natação, xadrez e futebol. Paralelamente, haverá a 2ª Copa Mundial de Judô para Cegos. Nas paraolimpíadas de Atenas, os deficientes visuais foram responsáveis por 18 das 33 medalhas adquiridas.

Projeto Velho Amigo

O projeto, iniciativa de Regina Moraes, Maria Thereza Cunha Pereira, Márcia Costa e Regina Helou completou 6 anos de existência. Para comemorar, um jantar foi realizado no restaurante O Leopoldo, em São Paulo, com show do cantor Cláudio Zolli. O projeto começou em 1999 para arrecadar verbas para instituições voltadas aos idosos, como a Casa dos Velhinhos de Ondina Lobo, Fraternidade de Aliança Toca Assis e o Cepim.

 www.velhoamigo.org.br



PIOTR BUDZIEWICZ

Rede Brasileira de Combate ao Câncer

O Instituto Nacional de Câncer (Inca) passou a integrar a Rede Brasileira de Combate ao Câncer (RBCC), que conta com cerca 130 instituições médicas. A participação do instituto dá mais força à luta contra o câncer no país. A rede, lançada em fevereiro de 2003, tem como meta democratizar o conhecimento médico-científico em todo o Brasil por meio da troca de experiências entre os grandes centros de combate à doença.

 www.rbccancer.com.br

II Jornada Paraense do Terceiro Setor

Em outubro, a Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (Fidesa) promoveu a II Jornada Paraense do Terceiro Setor. Cerca de 300 pessoas estiveram presentes no evento, que teve como tema central aspectos jurídicos. Para falar sobre o assunto, foram convidados profissionais reconhecidos nacionalmente que dominam a evolução do pensamento jurídico da área. Entre os palestrantes estavam os promotores de Justiça Gladaniel Carvalho e José Sabo Paes, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o advogado Marcos Biasoli, diretor da Revista Filantropia, e a promotora de Justiça Rosângela de Nazaré, do Ministério Público do Pará. Na coordenação dos trabalhos estava a administradora Odília Reis, gerente geral da fundação.

 www.fidesa.org.br

Gladaniel Carvalho, promotor de Justiça, Odília Reis, gerente da Fidesa, e o advogado Marcos Biasoli, diretor da Revista Filantropia



DIVULGAÇÃO



Antônio Delfino, atleta participante dos jogos Paraolímpicos

ROBERTO BARROSO/ABR

ATLETA PARAOLÍMPICO, VOCÊ É A NOSSA APOSTA MAIS VALIOSA.

Paraolimpíadas

As Paraolimpíadas, evento que acontece nos mesmos locais das Olimpíadas, ocorre de quatro em quatro anos. Esses jogos começaram em 1960, na cidade de Roma. A idéia de realizar os jogos paraolímpicos foi do neurologista Antonio Maglio, diretor do Centro de Lesionados Medulares de Ostia, na Itália. Assim, após as Olimpíadas de Roma, 400 esportistas em cadeiras de roda de 23 países se reuniram no evento, então denominado Olimpíadas dos Portadores de Deficiência.

Em 2004, os jogos situaram-se em Atenas e, pela primeira vez, foram organizados pelo mesmo comitê das Olimpíadas. O evento teve grande participação do mundo todo, e os números comprovam: 140 países participantes; 4 mil atletas; 3 mil representantes da mídia; 300 horas de transmissão ao vivo; 35 mil pessoas trabalhando na organização do evento; 18 modalidades; 75% dos quartos da Vila Paraolímpica projetados especialmente para portadores de necessidades especiais e 300 ônibus adaptados para o transporte de cadeiras de roda.

As modalidades disputadas nos jogos paraolímpicos são praticamente iguais às das Olimpíadas, porém, adaptadas. O atletismo, por exemplo, é o esporte mais popular das Paraolimpíadas e se divide em cinco provas: corrida, saltos, lançamento, arremesso e pentatlo. Entre as outras modalidades da competição estão esportes como judô, basquete em cadeiras de roda, ciclismo, natação, tênis e futebol.

O Brasil começou a participar dos jogos paraolímpicos em 1972, na Alemanha, e desde então a presença do país tem crescido bastante. Prova disso é que nos jogos de 2000, em Sydney, o Brasil ganhou 22 medalhas. Já em 2004, em Atenas, a delegação brasileira, composta por 99 atletas, ganhou 33 medalhas, sendo 14 de ouro, 12 de prata e 7 de bronze.

Confira abaixo o quadro de medalhas do Brasil.



Atletismo

- 200m feminino, Ádria Santos
- 400m feminino, Ádria Santos
- 100m masculino, André Andrade
- 800m masculino, Gilson Anjos
- 1.500m masculino, Odair Santos
- 5.000m masculino, Odair Santos

Futebol de 7

- Paralisados cerebrais; Adriano Biggi da Costa, Fabiano Dias Bruzzi, Flávio Pereira, Jean Adriano Rodrigues, José Carlos Guimarães, Leandro Marinho, Luciano Gonçalves Rocha, Marcos dos Santos Ferreira, Marcos Guimarães da Silva, Moisés Tamiozzo da Silva, Peterson Alves Rosa e Renato da Rocha Lima

Judô

- até 48kg feminino, Karla Cardoso
- até 73kg masculino, Eduardo Amaral

Natação

- 50m costas feminino, Edênia Garcia
- 100m peito masculino, Ivanildo Vasconcelos
- 4 x 50m livre masculino, Clodoaldo da Silva, Joon Sok Seo, Luis Silva e Adriano Lima



Atletismo

- 100m feminino, Ádria Santos
- arremesso de disco feminino, Suely Guimarães
- 200m masculino, André Andrade
- 200m masculino, Antônio Delfino
- 400m masculino, Antônio Delfino

Futebol de 5

- Deficientes visuais, Andreonni Rego

Judô

- até 100kg masculino, Antônio Tenório

Natação

- 50m livre feminino, Fabiana Sugimori
- 50m livre masculino, Clodoaldo da Silva
- 100m livre masculino, Clodoaldo da Silva
- 200m livre masculino, Clodoaldo da Silva
- 50m borboleta masculino, Clodoaldo da Silva
- 150m medley masculino, Clodoaldo da Silva
- 4 x 50 medley masculino, Clodoaldo da Silva, Francisco Avelino, Adriano Lima e Luis Silva



Atletismo

- 100m feminino, Maria José Alves
- 200m feminino, Maria José Alves
- 400m feminino, Terezinha Guilhermina
- 800m masculino, Odair Santos
- 5.000m masculino, Ozivam Bonfim

Judô

- até 57kg feminino, Daniele Silva

Natação

- 100m peito masculino, Francisco Avelino



Chegada dos atletas no aeroporto internacional de São Paulo

Inclusão Social

Realizado pelo Ibmecc São Paulo, o evento Empresas, Escolas – Iniciativa de Inclusão demonstrou formas de inclusão de jovens com necessidades especiais no mercado de trabalho. O encontro reuniu cerca de 150 pessoas e contou com palestras sobre empreendedorismo social e experiências de pessoas com necessidades especiais que trabalham. Além disso, houve uma exposição de trabalhos de artes plásticas da ONG Carpe Diem.



Palestra realizada no evento

DIVULGAÇÃO

Associação Paulista de Fundações

A Associação Paulista de Fundações (APF), entidade sem fins lucrativos com objetivo de integrar, associar, representar e defender os interesses institucionais das fundações de direito privado, elegeu nesse ano sua nova diretoria. O cargo da presidência é ocupado por Dora Sílvia Cunha Bueno, da Fundação de Rotarianos de São Paulo. O vice-presidente é João Paulo Ferreira, da Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola, e o diretor administrativo e financeiro é Pedro Salomão José Kassab, da Fundação Linceu Pasteur.

 (11) 3237-3193

Tribos nas Trilhas da Cidadania

Em sua segunda edição, o evento realizado pela Parceiros Voluntários em Porto Alegre para trocar experiências sobre voluntariado e ações nas áreas de educação, meio ambiente e cultura reuniu mais de 3,5 mil jovens de 48 municípios gaúchos. Adolescentes de cerca de 170 escolas formaram 113 grupos (ou tribos) para participar da atividade. As inscrições para a terceira edição começam em março de 2005.

 www.tribosparceiros.org.br

Voluntariado no currículo

Com o crescimento da consciência social, as empresas estão levando cada vez mais em consideração a participação do profissional em ações sociais. A preocupação com essa área conta pontos na hora da contratação, mas não deve existir somente para preencher o currículo. Algumas características apreciadas nesse profissional são: espírito de servir ao próximo, visão abrangente, nobreza de caráter e coleguismo.

Fonte: www.parceiros.org.br

Formatos Brasil

O programa Formatos Brasil – Formação de Atores Sociais para o Desenvolvimento Comunitário, desenvolvido pela Rede Nacional do Senac, é uma expansão do Formatos 500, programa que capacitou 500 organizações de base comunitária em São Paulo em 2003. Agora, em mais 12 estados do país, o Formatos Brasil é realizado por meio de uma parceria entre o Senac São Paulo, Fundação Banco do Brasil e unidades de administração regionais do Senac, com apoio do Consulado Geral dos Estados Unidos e da Johns Hopkins University.

Responsabilidade Social no Varejo

Parte do programa Varejo Socialmente Responsável, o evento, realizado pela Philip Morris Brasil e pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, reuniu em outubro cerca de 300 empresários e líderes de entidades varejistas de São Paulo para discutir temas como o papel do empregado como chave para o sucesso do negócio e a prevenção do acesso de menores ao cigarro. O evento acontece desde 2000 e já passaram por ele mais de 3 mil varejistas de todo o Brasil.

Nova sede da AACD

A Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) inaugurou uma nova sede no Rio de Janeiro, em uma das regiões mais pobres da baixada fluminense. Lá serão tratadas doenças como paralisia cerebral e lesão medular.

 www.aacd.org.br

Instituto Papai

O Instituto Papai, localizado em Recife, visa a equidade de gêneros e desenvolve ações educativas junto a homens jovens em situação de pobreza. Além disso, discute temas sobre direitos sexuais e eliminação de todas as formas de violência.

 www.papai.org.br

2º Painel do 1º Seminário de Direito do Terceiro Setor

Promovido pela OAB/SP, o 2º Painel do 1º Seminário de Direito do Terceiro Setor discutiu os aspectos estatutários das organizações da sociedade civil e renúncia fiscal. Marcos Biasoli e Sergio Roberto Monello foram os palestrantes.

Aniversário dos Doutores da Alegria

Os Doutores da Alegria, que atuam levando alegria a pessoas internadas em hospitais, completou 13 anos de existência em outubro. Em todo esse tempo, eles já visitaram cerca de 350 mil crianças e 500 mil familiares.

 www.doutoresdaalegria.org.br

Seminário do Idis

O evento Empresa na Comunidade: Por que investir em redes sociais?, realizado pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis), demonstrou, por meio de palestras, como as empresas podem implementar ações socialmente responsáveis.

 www.idis.org.br

Instituto Pós-Câncer

A Associação de Apoio à Criança com Câncer (AACC) realizou um encontro entre empresários, artistas, representantes do governo e dirigentes de instituições para arrecadar fundos para o Instituto Pós-Câncer Thiago Cavalcanti Rotta, que será um moderno centro de tratamento da doença.

 www.aacc.org.br

Fundações de pesquisa e apoio e a imunidade tributária

MARCOS BIASIOLI
marcos@mbiasoli.com.br

No II Congresso Paraense do Terceiro Setor, realizado pela Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (Fidesa) e com o apoio da Universidade da Amazônia (Unama), que aconteceu em 29 de outubro deste ano, travou-se um debate sobre a extensão da imunidade e isenção tributária às fundações de apoio e pesquisa, sendo que não houve consenso dos palestrantes acerca do tema.

Defendi o seguinte ponto de vista na mesa diretora e mantenho minha posição após ampla reflexão.

Com relação à isenção tributária, não há o que se discutir, pois ela deriva de lei e cabe ao legislador municipal e estadual, no exercício legítimo de seu poder de tributar, ora conferido pela Constituição Federal, art. 155, letra g, isentar ou não o contribuinte do recolhimento de tributo de sua competência.

Neste diapasão, as fundações de apoio poderão ou não ser contempladas pela isenção de determinados tributos, desde que atendam aos anseios da lei que perfilar os requisitos da isenção.

Todavia, no que diz respeito à imunidade tributária, que, no meu entender, quanto às entidades de assistência social e de educação, não representa apenas a limitação ao poder de

tributar, mas também a contrapartida imposta ao contribuinte para fazer as vezes do Estado, nem todas as fundações poderão estar albergadas pela imunidade constitucional diante das reflexões apresentadas a seguir.

A imunidade tributária de impostos, ora prevista na Constituição Federal, art. 150, VI, abrange o patrimônio, a renda e os serviços das entidades de assistência social e educação, e veda a instituição de qualquer imposto aos templos de qualquer culto.

No que tange à imunidade das contribuições sociais, prevista no art. 195, § 7º do mesmo diploma constitucional, o legislador apenas a reservou para as entidades de assistência social, ainda que vista no sentido lato da palavra.

Diante de tais invocações constitucionais, poderíamos precocemente fulminar as pretensões das fundações de apoio que, em regra, não são de assistência social e tampouco de educação, aspectos que as afastariam da imunidade tributária.

Contudo, a gênese da questão não se prende ao fato de a vocação social da fundação estar vinculada a “apoio” ou à “pesquisa”, mas a outro muito mais relevante, que diz respeito ao destino de sua vocação.

O assistencialismo intrinsecamente deve ser direcionado ao carente, ou seja, para aquele

Negar o reconhecimento da imunidade à fundação que pesquisa e apóia causas sociais e atende aos ditames da lei, implica em violar a própria Constituição Federal





que não possui meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

A Loas define que a assistência social tem por objetivo suprir os carentes por meio da proteção à família, maternidade, infância, adolescência e velhice; da habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e da promoção de sua integração à vida comunitária.

Partindo do pressuposto que a fundação de apoio ou pesquisa destine seus fins a pessoas carentes na forma da lei e preencha os requisitos do art. 14 do Código Tributário Nacional, assomado aos pressupostos da lei 8.212/91, art. 55 combinada com o decreto nº 2.536/98, não vejo como repelir o direito constitucional da imunidade tributária de impostos e contribuições sociais a tais instituições.

O Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário nº 202.700-6, reconheceu que a imunidade tributária não é extensiva às entidades fechadas de previdência privada, ante ao fato de restringir a concessão de benefícios aos filiados mediante recolhimento das contribuições pactuadas, não se enquadrando no núcleo das entidades de assistência social, que “trazem ínsito em suas finalidades a observância ao princípio da universalidade, da generalidade e concede benefícios a toda a coletividade, independentemente de contraprestação”.

Emprestando a decisão do Pretório Excelso à composição final de nosso estudo, ressaltamos que cabe às fundações de apoio e pesquisa tutelar

o próximo carente, ainda que por meio de sua própria vocação social, para ver reconhecido seu direito à imunidade tributária.

Negar, portanto, o reconhecimento da imunidade à fundação que pesquisa e apóia causas sociais e atende aos ditames da lei implica em violar a própria Constituição Federal, cujo antídoto será bater as portas do judiciário para repelir a teratologia daqueles desavisados que faltaram à aula primária de direito público. 

Marcos Biasoli. Advogado em São Paulo, mestrado PUC/SP, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie/SP, pós-graduado em Direito Empresarial – The European University, editor da Revista Filantropia.

LEI 8.742/93, ART. 2º.

AINDA QUE SUPERADA A TESE DE QUE AS IMUNIDADES CONSTITUCIONAIS NÃO PODEM SER REGULADAS POR LEI ORDINÁRIA, ANTE O ADVENTO DO ART. 146, II, DA CF/88.



Desenvolvemos, analisamos e implementamos sua gestão contábil, quer ela tenha fins lucrativos ou sociais

Serviço personalizado e especializado no Terceiro Setor

- Fundação Abrinq
- Ass. Anália Franco
- Planet Finance Brasil (ONG)
- ANEFAC



São mais de três décadas de tradição que possibilitaram agregar valores como inovação, informação e agilidade a nossa conduta de trabalho e atendimento

- Contabilidade Gerencial com análises de orçamento e por projetos
- Planejamento tributário objetivando economia de forma legal
- Área Contábil, Fiscal, Financeira e de Recursos Humanos
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e Auditoria Preventiva
- Serviços e informações online pela internet com total segurança
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão



Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

De acordo com a Deliberação Condeca nº 3, de 7 de outubro de 2004, está aberto o prazo para o credenciamento das entidades de promoção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes que pretendam participar do processo eleitoral dos membros da sociedade civil do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, como eleitores e/ou indicando seus candidatos. O prazo vai até 31 de janeiro de 2005. É preciso levar ao local do credenciamento o estatuto social da entidade; a ata da eleição da atual diretoria; comprovação de registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; ata da reunião da entidade que indicou o representante, e cédula de identidade e Cadastro de Pessoa Física do representante.



Rua Antônio de Godoy, 122, 7º andar
São Paulo – 9h às 17h



JIM ROBINSON



Retenção de tributos

A instrução normativa nº 459, de 18 de outubro de 2004, dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas de direito privado a outras pessoas jurídicas pela prestação de serviços. Assim, a Secretaria da Receita Federal estipulou novas regras sobre a retenção de tributos, com um valor mínimo para a obrigatoriedade no pagamento da CSLL, Cofins e PIS/Pasep. No caso de pessoa jurídica ou de receitas beneficiárias de isenção ou de alíquota zero, de uma ou mais contribuições, a retenção se dará mediante a aplicação da alíquota específica, correspondente às contribuições não alcançadas pela isenção ou pela alíquota zero, e o recolhimento será efetuado mediante os códigos específicos e com a inclusão dessa condição na nota ou documento fiscal, inclusive o enquadramento legal.



Farmácias Solidárias

O decreto do município de São Paulo nº 45.280, de 14 de setembro de 2004, regulamenta a lei nº 13.789 de 13 de fevereiro de 2004 e prevê a realização de parcerias entre a prefeitura e entidades sem fins econômicos para a implementação das Farmácias Solidárias. As entidades interessadas devem apresentar a documentação especificada no decreto.



www.camara.sp.gov.br



Cobrança por serviços

De acordo com o projeto de lei nº 4.269, fica extinto o pagamento de assinatura básica e taxa de consumo mínima para as empresas prestadoras de serviços de telefonia, água, energia elétrica, gás e televisão por assinatura. O objetivo é fazer com que o consumidor arque apenas com o pagamento do efetivo consumo ou do uso do produto ou serviço disponibilizado. A disponibilidade do serviço poderá ser cobrada, porém deverá ser aferida individualmente por cada consumidor, ficando impedida a cobrança de tarifa, taxa mínima ou assinatura básica de qualquer natureza e a qualquer título.



Restituição e compensação de quantias

A instrução normativa nº 460, de 18 de outubro de 2004, disciplina a restituição e a compensação de quantias recolhidas a título de tributo ou contribuição administrados pela Secretaria da Receita Federal; a restituição e a compensação de outras receitas da União arrecadadas mediante Darf; o ressarcimento e a compensação de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados, da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.



Seguridade aprova Índice de Responsabilidade Social

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou o projeto de lei 448/01, do deputado João Paulo Cunha, que institui o Índice de Responsabilidade Social (INRS) e o Cadastro de Inadimplentes Sociais (Cadis). O índice será elaborado pelo IBGE e abrangerá as áreas de saúde, educação, renda, trabalho, finanças públicas, segurança e desenvolvimento urbano, tendo como base os indicadores de resultados, esforços e participação social dos entes políticos nessas áreas.



Sistema Único de Assistência Social (Suas)

Conforme o decreto presidencial nº 5.074/04, o Sistema Único de Assistência Social deve regular em todo o território nacional a política de assistência social. O sistema relaciona-se com a unificação da assistência social na perspectiva da proteção social, a partir das necessidades da população. O Suas já está sendo implementado, entretanto depende da adesão dos municípios, das organizações, da postura do próprio conselho nacional e da comissão intergestora tripartite.



Ensino superior

O decreto federal nº 5.225 de 1º de setembro de 2004, que altera os dispositivos do decreto nº 3.860 de 9 de julho de 2001, visa regular a legislação que abarca o ensino superior, classificando-o em: universidades; centros federais de educação tecnológica e centros universitários; faculdades integradas; faculdades de tecnologia; faculdades; institutos e escolas superiores.



THIAGO MARTINS

Aniversário do Estatuto do Idoso

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) organizou uma caminhada para comemorar o Dia Internacional do Idoso. No dia 1º de outubro, quando o estatuto completou um ano de existência, cerca de 2.500 idosos participaram da caminhada na Esplanada dos Ministérios. Depois do evento, o grupo participou de uma festa no Parque da Cidade. Apesar do calor, os idosos não desanimaram e continuaram na comemoração.



Idosos fazem alongamento para o início da caminhada em comemoração ao aniversário de um ano do Estatuto do Idoso e ao Dia Internacional do Idoso

Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social

O governo federal ampliou os segmentos de agentes financiadores do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), que antes eram restritos aos bancos. O programa tem como meta subsidiar a moradia para famílias com baixa renda mensal (de zero a três salários mínimos), e pode ser acessado por 7.450 famílias de regiões metropolitanas, 9.460 famílias que moram em cidades, mas fora das regiões metropolitanas, e três mil famílias de áreas rurais.



Ordem do Mérito Cultural

A solenidade da Ordem do Mérito Cultural, realizada no início de novembro, homenageou 30 personalidades e 10 instituições que tenham contribuído para o desenvolvimento da cultura brasileira. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Cultura, Gilberto Gil, entregaram medalhas para personalidades como Maurício de Souza, o ator Paulo José e o compositor João Donato. Algumas das instituições agraciadas foram: Povo Panará, tribo indígena de Mato Grosso e Pará; Pracatum, de Salvador, e Fundação Casa Grande.



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Gilberto Gil aplaudem índios do Povo Panará na entrega da Ordem do Mérito Cultural

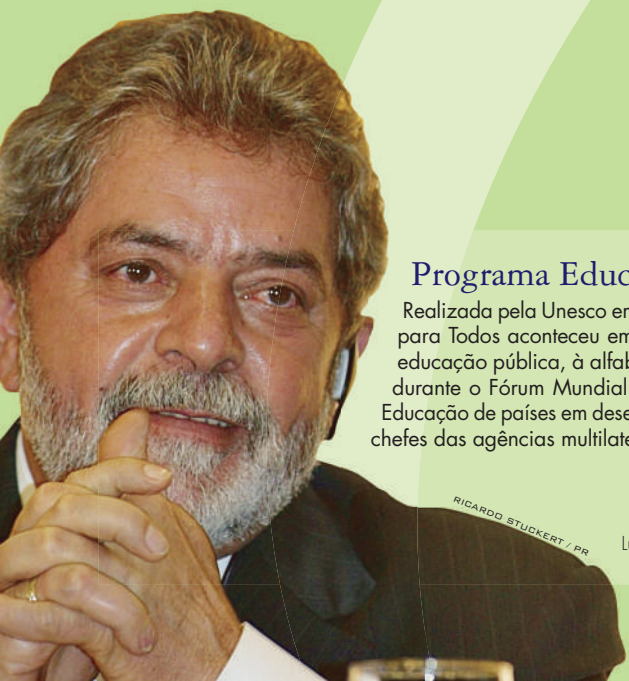
Cisternas no Semi-Árido

O programa de construção de cisternas para a captação de águas da chuva no semi-árido brasileiro atendeu, em 2004, mais de 50 mil famílias de baixa renda. O programa que beneficia as regiões mais prejudicadas pela seca foi iniciado em 2000 e passou a ser uma política do governo federal em 2003, com o surgimento do Fome Zero. Desde o ano passado, foram construídas quase 30 mil cisternas. De janeiro a outubro de 2004 foram construídas mais de 23 mil unidades em 580 municípios de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Programa Educação para Todos

Realizada pela Unesco em parceria com o Ministério da Educação, a 4ª Reunião do Grupo de Alto Nível sobre Educação para Todos aconteceu em Brasília, pela primeira vez na América Latina, para discutir metas ligadas à qualidade da educação pública, à alfabetização e à formação de professores. Essas metas foram adotadas por cerca de 160 países durante o Fórum Mundial de Educação de Dacar, no Senegal, em 2000. O evento reuniu cerca de 30 ministros de Educação de países em desenvolvimento, ministros de Desenvolvimento e Cooperação Internacional de países desenvolvidos, chefes das agências multilaterais e bilaterais, e representantes da sociedade civil.

Lula participa da 4ª Reunião do Grupo de Alto Nível do programa Educação para Todos, da Unesco



Universidades comunitárias

Durante o XI Encontro de Ação Comunitária e VI Assembléia Nacional do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das universidades e instituições de ensino superior comunitárias, o ministro Patrus Ananias falou sobre o tema universidade e desenvolvimento social. Na ocasião, o ministro pediu maior participação das universidades comunitárias nos programas sociais do governo. Patrus criticou a desigualdade social no país e elogiou os trabalhos das instituições de ensino superior comunitárias, mesmo assim insistiu em uma maior integração com o governo.

Bolsa Família

O número de famílias beneficiadas entre julho e setembro pelo Bolsa Família aumentou 21,7% e a liberação de recursos em todo o país cresceu 19,5%. Apesar de a região sudeste ter sido a que mais cresceu, com um salto de 34,9% no número de domicílios atendidos, a região nordeste ainda é a que mais recebe dinheiro do programa – aproximadamente 54,14% –, por ser a região mais pobre do país. A Bahia é o estado em que o Bolsa Família está mais presente.

Comitê do Fórum Social Mundial

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu representantes do comitê organizador do Fórum Social Mundial, que acontecerá em Porto Alegre, em janeiro de 2005. A visita foi feita para apresentar ao presidente a nova organização do evento, estruturada para tornar os debates e as articulações mais propositivas. O fórum acontece desde 2001 e é um espaço de debate e formulação de propostas alternativas às políticas já existentes.

ProInfantil

Em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), a Secretaria da Educação à Distância (Seed) do Ministério da Educação vai lançar, em 2005, o Programa de Formação Inicial de Professores em Exercício na Educação Infantil (ProInfantil). O programa pretende formar professores de creches e pré-escolas que ainda não tenham cursado o magistério. Nas mesmas bases do Proformação, que forma professores de 1ª a 4ª série, o ProInfantil vai funcionar por meio de coleta de assinaturas dos prefeitos interessados em ter o programa em seus municípios.



Parcerias com Ministérios Públicos

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias, assinou 30 convênios de parceria com os Ministérios Públicos Estaduais, Federal, Militar e do Trabalho. O objetivo é investigar possíveis irregularidades no cadastro de famílias beneficiadas e nas condicionalidades dos programas. Essa verificação deve ocorrer junto com os fiscais do ministério, conselhos de controle social e os comitês gestores do Fome Zero de cada município. Os MPs passarão a atuar com base nas informações disponibilizadas pelo MDS.

Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias



GERVÁSIO BAPTISTA / ABR

Campanha do Desarmamento

A Campanha do Desarmamento realizada em todo o país já recebeu mais de 100 mil ligações de pessoas à procura de esclarecimentos sobre a iniciativa. As principais dúvidas são sobre como se engajar na campanha e informações sobre postos de arrecadação de armas. Para divulgar a campanha, o ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos acompanhou uma caravana pelos estados brasileiros, incentivando a participação dos governadores.

Tratamento para soropositivos

Uma parceria entre o governo brasileiro e o Unicef firmou o Projeto de Cooperação Internacional (PCI), que prevê assistência integral às mulheres grávidas, seus parceiros e recém-nascidos para diagnósticos e prevenção da transmissão do HIV em países como Cabo Verde, Timor Leste, Paraguai e Bolívia. O Brasil fornecerá medicamentos e o Unicef irá capacitar profissionais, desenvolver campanhas de prevenção e realizar testes na população.

Ajuda para o Haiti

Após a passagem do furacão Jeanne pelo Haiti, que matou pelo menos 1.650 pessoas, aviões da Força Aérea Brasileira saíram com destino a Porto Príncipe para levar alimentos, doados pelo Ministério da Agricultura, e hipoclorito de sódio, doado pelo Ministério da Saúde, para purificar água. A cidade mais atingida pelo furacão foi Gonaïves, a 130 quilômetros da capital.



ANA NASCIMENTO / ABR

Terceiro carregamento a ser doado ao Haiti





Uma contribuição bibliográfica para o Terceiro Setor

JOSÉ ANTÔNIO DE FRANÇA
franca@itecon.com.br

A normatização contábil brasileira nos últimos anos vem procurando preencher as necessidades de regulação de vários segmentos de atividades, entre eles o das entidades de interesse social¹. Entretanto, essas normas ainda são tímidas e carecem de aperfeiçoamento para acompanhar o ritmo de crescimento do setor. Esse segmento, o Terceiro Setor, apresenta peculiaridades que devem ser disciplinadas por procedimentos específicos, sob pena de comprometimento da transparência das transações.

Sensível a essa realidade, o Conselho Federal de Contabilidade, em parceria com a Fundação Brasileira de Contabilidade e Associação Nacional dos Procuradores e Promotores de Fundações e Entidades de Interesse Social, no final de 2003, publicou a primeira edição do *Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social*, cuja segunda edição foi lançada no último Congresso Brasileiro de Contabilidade, no final de outubro, na cidade de Santos, São Paulo.

O referido manual não tem função normativa, é uma contribuição dessas instituições à sociedade, na tentativa de estimular a produção de bibliografia adequada às transações praticadas pelas entidades de interesse social.

A primeira edição estava voltada ao atendimento dos profissionais atuantes nas entidades, pela sugestão de práticas contábeis e de prestação de contas. A segunda edição está ampliada, contemplando o segmento acadêmico, pela inserção de exercícios que podem ser utilizados em sala de aula.

Entre as vantagens e qualidades da obra é possível citar pelo menos duas que foram responsáveis pelo sucesso da primeira edição: a experiência dos autores, no contexto de mer-

cado, da academia e do Ministério Público, e a distribuição gratuita pela Fundação Brasileira de Contabilidade e Sistema CFC/CRCs. A segunda edição também tem distribuição gratuita e beneficiará estudantes e professores.

O manual apresenta assuntos de relevante interesse para a transparência da informação, como o registro de transações relativas à renúncia de receita vinculada à gratuidade e à renúncia fiscal vinculada ao benefício de isenções tributárias; o registro de transações relativas à contrapartida, que é uma situação de muita afinidade com Fundações de Apoio; o registro de transações oriundas do trabalho voluntário, que é uma das importantes características desse segmento.

Adicionalmente aos assuntos citados, outros de igual relevância foram contemplados, como os procedimentos para constituição de associação e fundação; sugestões de elenco de contas e demonstrações contábeis; sugestão de modelo de avaliação de desempenho; processo e procedimento de prestação de contas, entre outros.

Todo esse elenco de conhecimento foi produzido e discutido pelo grupo de trabalho constituído pelo Conselho Federal de Contabilidade, que contou com a participação do professor César Augusto Tibúrcio Silva, da Universidade de Brasília; Álvaro Pereira de Andrade, da Universidade Federal de Pernambuco, e dos técnicos Iron Brito Mascarenhas e Luciano Rodrigues de Faria, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, além da minha própria contribuição. 

José Antônio de França. Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuárias da Universidade de Brasília e um dos autores do Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social.

O manual é uma contribuição à sociedade, na tentativa de estimular a produção de bibliografia adequada às transações praticadas pelas entidades de interesse social

1. CONTEMPLADO COM AS NBC T 10.4 E 10.19

CASE EMPRESARIAL

Saúde em primeiro lugar

Novas habilidades. Esse é o significado do nome da empresa Novartis, que vem do latim *novae artes*. A escolha dessa nomenclatura foi bem apropriada, pois o compromisso da multinacional é pesquisar e desenvolver produtos inovadores que melhorem a qualidade de vida e saúde das comunidades.

Nascida da fusão de duas grandes companhias suíças, Ciba-Geigy e Sandoz, a Novartis investiu aproximadamente US\$ 3,8 bilhões em Pesquisa e Desenvolvimento em 2003. A matriz fica na Suíça, mas existem filiais em mais de 140 países do mundo, que empregam cerca de 78.500 pessoas.

Interessada no Terceiro Setor, os trabalhos sociais da empresa acontecem tanto no Brasil quanto em outros países e estão voltados para a área de saúde.

No Brasil

Embora as ações realizadas no Brasil também concentrem-se na saúde, elas são variadas e atingem um grande número de pessoas. O Dia da Parceria com a Comunidade, por exemplo, que existe desde 1997 em todos os países em que a multinacional tem filial, reuniu os funcionários da Novartis Brasil em 2003 para trabalhar em prol da

Abegui – Associação Beneficente Guilhermina Maria de Jesus. No dia, realizaram-se oficinas que trabalharam com

saúde, capina e preparo de terreno para plantio de pomar, restauração da área de eventos e da trilha ecológica, pintura das janelas e impermeabilização das paredes, arrecadação de produtos para o bazar, fixação de extintores de incêndio e implementação de normas de segurança.

A área de oncologia da Novartis Brasil apóia a luta contra o câncer infantil patrocinando a Caminhada do Graacc (Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer) desde a primeira edição. Além disso, a empresa também ajuda o Projeto Assinatura Tucça (Associação para Crianças e Adolescentes com Tumor Cerebral), que alia arte e solidariedade, e também angaria fundos para as atividades da associação. A filial brasileira ainda mantém uma campanha solidária para ajudar a ACTC – Associação de Assistência à Criança Cardíaca e à Transplantada do Coração.

Global Compact

O *Global Compact*, iniciativa das Nações Unidas para promover a cidadania global com valores universais, também incentivou ações na empresa, como no caso do Programa de Cidadania Corporativa da Novartis, que envolve cerca de 2 mil funcionários distribuídos pelas unidades de Santo Amaro, Taboão da Serra (SP), Resende, Campo Grande e Barra da Tijuca (RJ). Lançado em maio deste ano, o projeto enfoca o relacionamento com o público (consumidores, funcionários, fornecedores, mídia etc.) e as questões de ética, transparência, respeito e responsabilidade. A empresa foi uma das primeiras a aderir aos princípios do *Global Compact*.

A multinacional Novartis, presente em 140 países, investe na melhoria da saúde mundial

Ações internacionais

A Novartis tem diversas metas ligadas à saúde para atingir internacionalmente. Um exemplo disso é a participação na Aliança Global para Eliminação da Hanseníase, que tem o compromisso de eliminar a doença como problema de saúde pública em todo o mundo até 2005. A multinacional doou 22 milhões de unidades das drogas que compõem a substância que cura a hanseníase à Organização Mundial da Saúde (OMS) até o final de 2002. Dessa empreitada participam também a OMS, a Nippon Foundation e a International Federation of the Anti-Leprosy Associations (Ilep).

A erradicação da malária no mundo também faz parte dos desafios da empresa. Assim, a Novartis fornece o medicamento utilizado para combater a doença a preço de custo para os países em desenvolvimento. Além disso, há o Instituto Novartis de Pesquisa em Doenças Tropicais, em Cingapura, que investe em pesquisas para o tratamento de doenças como tuberculose e dengue. Inaugurado em 2003, o instituto também educa jovens cientistas e ensina como as pessoas podem aprender a lidar com essas doenças no dia-a-dia. De acordo com a OMS, a tuberculose mata cerca de 2 milhões de pessoas no mundo anualmente, e a dengue infecta aproximadamente 50 milhões de pessoas por ano. 

 www.novartisfarma.com.br

DIVULGAÇÃO

Colaboradores da empresa trabalhando na Associação Beneficente Guilhermina Maria de Jesus



Caminhos para o financiamento público

Conhecer os fundos

públicos e como ser

beneficiado por eles é

uma importante fonte

de sustentabilidade

para organizações sem

fins lucrativos

PATRÍCIA MAGRINI

Fundos, programas, convênios, parcerias. São inúmeras as possibilidades de obtenção de recursos públicos para que as entidades sem fins lucrativos executem projetos e mantenham sua autonomia e sustentabilidade. Mais do que isso, essas ferramentas reforçam a participação de entre Estado e sociedade civil na busca pelo desenvolvimento social do país. São disponíveis para entidades das áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, meio ambiente, direitos difusos, agricultura, direitos humanos e trabalho, emprego e renda.

“Cada vez mais os órgãos públicos federais estão adotando procedimentos transparentes e democráticos para o estabelecimento de parcerias com as ONGs. Acreditamos que a nossa cobrança por transparência e publicidade junto a diversos gestores públicos federais ao longo desses anos contribui para esse quadro”, afirma Alexandre Ciconello, assessor jurídico e coordenador do escritório da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) em Brasília.

Apesar disso, muitas vezes as organizações desconhecem esses benefícios oferecidos pelo governo ou não sabem o caminho para chegar até eles.

Uma das formas de entrar em contato com os programas mantidos pelos governos brasileiro e estrangeiros, que financiam projetos de ONGs, é por meio da publicação que a Abong tem organizado.

Pelo *Manual de Fundos Públicos 2004* é possível, por exemplo, obter informações sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), os incentivos fiscais da Lei Rouanet, o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNCA), entre outros.

Além disso, a publicação atualiza as informações contidas na anterior, com os dados da execução orçamentária do governo federal em 2003 e do orçamento aprovado para 2004. As regras específicas de cada programa são as vigentes em 15 de abril de 2004.

Como solicitar recursos públicos

O primeiro passo para analisar a conveniência de determinada fonte de recurso e encaminhar um projeto para aprovação é conhecer os critérios de financiamento, apresentação e avaliação.

Existem três linhas de financiamento: recursos a fundo perdido, recursos disponíveis na forma de linha de crédito com juros subsidiados e recursos disponíveis na forma de incentivos fiscais a financiadores privados. Os primeiros não incidem reembolso ou

custos financeiros, mas apenas a prestação de contas. Nas linhas de crédito, os recursos são oferecidos por meio de agentes financeiros com juros inferiores aos de mercado. Já os incentivos fiscais possibilitam a dedução de impostos pelos financiadores.

Quanto à apresentação de projetos, pode ser por **demanda espontânea**, direcionada a políticas ou programas de governo com oferta de recursos contínua; ou por **demanda induzida**, direcionada a recursos disponíveis em situações específicas, por meio de processo de seleção, com utilização ou não de editais de licitação e por tempo limitado.

No mecanismo de estabelecimento de regras e de avaliação de projetos, encontram-se **recursos gerenciados na forma de fundos**, que são aplicados em diferentes tipos de projetos, sendo que cada fundo possui sua própria regra de acesso.

Os **recursos gerenciados no âmbito de programas** são aplicações direcionadas para objetivos específicos e as regras só valem para o programa determinado, sendo que muitas vezes esses programas envolvem recursos de organismos internacionais e/ou governos estaduais e municipais.

Finalmente, os **recursos gerenciados por órgãos** consistem em recursos disponíveis a projetos desenvolvidos em conjunto e/ou sob a delegação de função ou supervisão de órgãos da estrutura do governo federal, estadual ou municipal.

Portanto, ao apresentar um projeto para financiamento, é necessário haver consenso entre cada um dos critérios estabelecidos. Por exemplo, um projeto apresentado ao Ministério da Cultura (MinC) para ser aprovado e beneficiado pela Lei de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet, enquadra-se como recurso disponível na forma de incentivos fiscais, pois o benefício é oferecido ao financiador privado. Já a apresentação trata de demanda espontânea, considerando que os projetos são recebidos durante o ano todo. Em relação ao estabelecimento de regras, segue o gerenciamento no âmbito de pro-



EVAN EARNWICKER



CLÉSIO DAGANA

DIVULGAÇÃO

Ação do projeto
Arte Despertar



O primeiro passo para analisar a conveniência de determinada fonte de recurso e encaminhar um projeto para aprovação é conhecer os critérios de financiamento, apresentação e avaliação

gramas, pois integra o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), cujo objetivo é a captação e canalização de recursos para os diversos setores culturais.

É exatamente assim que a Associação Arte Despertar procede desde 1998. “Todo ano enviamos nosso projeto para o MinC analisar. Com a aprovação, podemos emitir às empresas doadoras de recursos um recibo específico para que elas possam diminuir a carga tributária com os benefícios da Lei Rouanet. É bem mais fácil conseguir recursos com companhias sensibilizadas com a causa, porém, a lei significa um benefício a mais apesar de não ser um fundo público, mas uma forma de isenção fiscal”, explica Sonia de Almeida Sampaio Teixeira, assessora de projetos e comunicação da entidade.

Segundo ela, o total de doações em 2003 foi de cerca de R\$ 410 mil (97% de pessoa jurídica e 3% de pessoa física). Dos 97%, 52% foram incentivados pela Lei Rouanet e incluem empresas como Petrobras, UBV (União Brasileira de Vidros) e Brasmetal.

O incentivo é dado a empresas tributadas com base no lucro real com abatimento de 4% do imposto a pagar com contrapartida de 60% sobre o valor doado. O valor despendido é considerado como despesa operacional.

“No site do MinC se encontra tudo bem detalhado. Em São Paulo, no Escritório Regional, os atendentes também esclarecem qualquer dúvida. Tem sempre um técnico de plantão”, indica Sonia.

Organização que atua em hospitais e comunidades desfavorecidas desde agosto de 1997, a Associação Arte Despertar tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida de indivíduos e comunidades, através da vivência e aprendizado da arte e da cultura. Seus principais projetos incluem humanização hospitalar, inclusão social e capacitação de multiplicadores. Entre as atividades estão oficinas de artes plásticas, teatro, expressão corporal, literatura e contadores de histórias, onde são atendidas cerca

de 1.270 pessoas por mês, incluindo crianças, jovens e adultos.

Convênios e parcerias

Outra forma de estabelecer a execução de projetos com o apoio financeiro de órgãos públicos é a celebração de convênios ou parcerias.

Os convênios são acordos que podem ser firmados por entidades públicas de qualquer espécie e entidades privadas sem fins lucrativos para a realização de interesses comuns.

O estabelecimento de convênios com órgãos governamentais obedece a uma extensa e complexa legislação geral em muitas exigências a serem cumpridas. Para tanto, é necessário apresentar documentos que comprovem a capacidade técnica e atestem a idoneidade da organização junto a instituições públicas. O plano de trabalho apresentado pela entidade deve conter informações de identificação do objeto a ser executado, metas a serem atingidas, etapas ou fases de execução, plano de aplicação dos recursos financeiros, cronograma de desembolso, prazo de execução, entre outros fatores.

Segundo o *Manual de Recursos Públicos 2004*, na prática, cada ministério, fundo ou Secretaria de Estado específica (na esfera federal) acaba por ter seu próprio entendimento sobre exigências e procedimentos necessários para a celebração de um convênio.

Quando prestar contas, além de apresentar o resultado final obtido, é preciso demonstrar que todo o valor repassado foi utilizado na obtenção daquele resultado. O dinheiro assim repassado não muda sua natureza por causa do convênio, mas é transferido e utilizado pelo executor do convênio (a ONG). Por essa razão, a entidade é vista como administradora do dinheiro público, e como tal, está obrigada a prestar contas não só ao repassador da verba, como também ao Tribunal de Contas da União.

Restrições de convênios

Existem várias restrições quanto ao uso dos recursos públicos repassados por

meio de um convênio, especialmente com relação ao pagamento de despesas como aluguel, salários, telefone e impostos. Isso acontece pois, quando um convênio é assinado, pressupõe-se que as organizações envolvidas detêm capacidade de execução e estão unindo esforços para a execução de uma política pública.

“Iniciamos o processo em junho, mas só conseguimos formalizar o convênio em outubro”, comenta Ilda Ribeiro Peliz, presi-

dente da Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças portadoras de Câncer e Hemopatias (Abrace). Ela conta que a associação deu entrada no pedido e passou dois meses preparando os projetos arquitetônicos e complementares referentes aos valores solicitados. “Preenchemos cerca de 98 páginas do formulário do Fundo Nacional de Saúde (FNS)”, explica, sobre a documentação necessária para o convênio, um dos mais burocráticos recursos públicos.

Entre os planos da associação constavam a construção de um hospital, o Instituto do Câncer Infantil e Hospital Pediátrico de Brasília. “A prestação de contas será outro parto difícil, pois não basta mostrar que fizemos a obra e apresentar as faturas. Há mais um ‘caminhão’ de papéis para ser entregue, uma burocracia. O controle e a prestação de contas são necessários, mas o governo precisa criar mecanismos mais ágeis e modernos”, solicita Ilda.

FUNDOS PÚBLICOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO DAS ONGs

Agricultura

O Departamento Nacional de Cooperativismo e Associativismo Rural (Denacoop), do Ministério da Agricultura, administra o Fundo Nacional de Cooperativismo (Funacoop).

 www.agricultura.gov.br > **Serviços > Cooperativismo/ Associativismo.**

Assistência social

O Fundo Social, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), destina apoio financeiro a projetos de caráter social nos segmentos de geração de emprego e renda, serviços urbanos de saúde, educação e desporto, justiça, alimentação, habitação, meio ambiente, cultura, desenvolvimento rural e outros ligados ao desenvolvimento regional e social.

 www.bndes.gov.br/linhas/fundo_social.asp.

O Programa de Apoio a Investimentos Sociais de Empresas (Pais), também do BNDES, amplia a disponibilidade de recursos para equipamentos e serviços voltados para a população carente e para portadores de deficiência, incentivando as empresas a realizarem investimentos sociais.

 www.bndes.gov.br/programas/sociais/pais.asp.

Algumas embaixadas também oferecem apoio financeiro para projetos na área de assistência social. São elas: Alemanha, Austrália, Canadá, Japão e Grã-Bretanha.

Cultura

O Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) é constituído por três linhas de financiamento: o Fundo Nacional da Cultura (FNC), os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) – ainda não implementado; e a Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) que permite, por meio do mecenato, o investimento em projetos culturais, mediante doações, patrocínios ou contribuições ao FNC.

 www.cultura.gov.br.

O MinC também estabelece convênios com estados, municípios e entidades públicas e privadas sem fins lucrativos para o repasse de recursos a fundo perdido para a execução de projetos aprovados pelo Ministério.

Direitos difusos

O Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) tem por finalidade a reparação de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

 www.mj.gov.br/cfdd.

Direitos humanos

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança (Conanda) administra o repasse de verba do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNCA). As contribuições de pessoas físicas e jurídicas para o fundo podem ser deduzidas do Imposto de Renda.

 www.planalto.gov.br/sedh > **Órgãos colegiados > Conanda.**

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), em conformidade ao Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), recebe projetos que representem ação inovadora e que não constituam ação típica de atenção de outros órgãos federais.

 www.planalto.gov.br/sedh.

Outros órgãos ligados à Presidência da República também recebem projetos para avaliação: a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) (www.senad.gov.br); a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEPM) (www.presidencia.gov.br/spmulheres); e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) (www.planalto.gov.br/seppir).

Educação

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação, mantém assistência financeira a projetos educacionais que visam melhorar a qualidade do ensino brasileiro.

 www.fnde.gov.br > **Projetos Educacionais.**

O Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) é um programa de financiamento, a fundo perdido, de projetos de educação profissional.

 www.mec.gov.br/semtec/proep.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) é um programa de

educação de trabalhadores rurais em projetos de assentamento da reforma agrária.

 www.pronera.gov.br.

Meio ambiente

O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), do Ministério do Meio Ambiente, dá apoio financeiro a projetos que visem o uso racional e sustentável dos recursos naturais e à manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental.

 www.mma.gov.br > **FNMA.**

O Ministério do Meio Ambiente também recebe outros projetos relacionados a sua área de atuação.

Saúde

O Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (PN-DST/Aids), ligado à Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, coordena as ações de prevenção, controle e assistência aos portadores de HIV/Aids, financiadas parcialmente por meio de acordo de empréstimo efetuado entre o Brasil e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). É identificado como Projeto Aids III.

 www.aids.gov.br.

Existe ainda uma relação bastante extensa de programas abertos para celebração de convênios com o Ministério da Saúde, por meio do Fundo Nacional de Saúde (FNS).

 www.fns.saude.gov.br.

Trabalho, emprego e renda

O Plano Nacional de Qualificação (PNQ) é financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Existe um período específico para a apresentação e projetos.

 www.trabalho.gov.br/trabalhador/qualprof.

O Programa de Microcrédito é uma linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que tem por objetivo expandir a oferta do microcrédito no país. A oferta está direcionada aos agentes repassadores de microcrédito.

 www.bndes.gov.br/linhas/microcredito.asp.

O Ministério do Trabalho e Emprego também recebe outros projetos relacionados a sua área de atuação.

A entidade atende atualmente cerca de 1.100 crianças e adolescentes com câncer e hemopatias residentes no Distrito Federal e outros estados, que encontram na Casa de Apoio instalações adequadas, alimentação, remédios e transporte. Assistência odontológica, psicológica, palestras sobre a doença e apoio ao tratamento integram o quadro de auxílios oferecidos pela instituição.

Termo de parceria

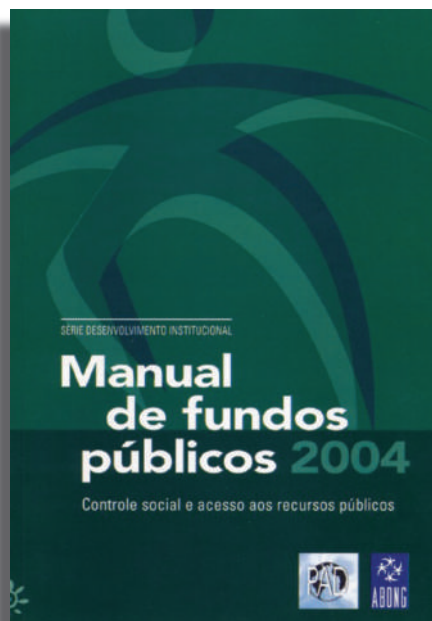
O termo de parceria é o mais recente instrumento jurídico passível de ser firmado entre o poder público e as entidades privadas sem fins lucrativos, qualificadas como organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) e destina-se à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e execução de atividades de interesse público.

Existem seis cláusulas fundamentais para que uma Oscip celebre um termo de parceria com o governo federal:

- 1 especificação do programa de trabalho;
- 2 estipulação de metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução;
- 3 previsão expressa dos critérios de avaliação de desempenho a serem utilizados;
- 4 previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, com detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal;
- 5 obrigações da organização, entre as quais a de apresentar ao poder público, a cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do termo de parceria;

6 publicação, na imprensa oficial, do extrato do termo de parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira.

A organização que celebrará o termo de parceria é escolhida pelo poder público por meio de publicação de edital de concursos de projeto para obtenção de bens e serviços e para a realização de atividades, eventos, consultorias, cooperação técnica e assessoria. A celebração do termo de parceria não requer a apresentação final de uma série de documentos adicionais, mas exige que órgão estatal verifique previamente o regular funcionamento da organização qualificada como Oscip. Os documentos adicionais são obrigatórios apenas na prestação de contas.



No Manual de Fundos Públicos 2004, Editora Peirópolis, é possível encontrar informações sobre recursos públicos de forma bem detalhada

Principais registros e certificados para obtenção de benefícios recursos públicos

Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) – O registro no CNAS é exigido por alguns fundos públicos e órgãos governamentais para que uma entidade privada sem fins lucrativos celebre convênios com o poder público, principalmente se o objeto do convênio for a prestação de serviços assistenciais.

Certificado de Entidade de Assistência Social (Cebas) – Esse certificado é documento essencial para pleitear, junto ao INSS, a isenção do recolhimento da cota patronal da contribuição previdenciária incidente sobre a folha de pagamento da organização. O certificado tem duração de três anos, sendo permitida sua renovação sempre por igual período. Informações sobre critérios e documentação exigida, tanto para o registro quanto para o certificado, podem ser obtidas no site

www.desenvolvimentosocial.gov.br > CNAS.

Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas (CNEA) – Criado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), o CNEA foi instituído com o objetivo de manter em banco de dados o registro das entidades ambientalistas não-governamentais atuantes no país. O cadastro é acessado por organismos governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, que utilizam suas informações para o estabelecimento de parcerias, habilitação em projetos, convênios e divulgações em geral.

www.mma.gov.br > Conama.



Sergio Monello

**GSM Empreiteira Dom Bosco
Monello & Scopinho Engenheiros Consultores**

- Construções
- Reformas (residenciais e comerciais)
- Manutenção
- Administração de obras

A **Monello & Scopinho** foi criada com a missão de assessorar sua Entidade em todas as fases de sua Construção ou reforma.

Na hora de **planejar, construir ou reformar**, conte com uma empresa sólida e ética, que levará a certeza de um ótimo trabalho com assessoria completa.

Responsáveis técnicos: Marcelo Monello, Crispim S.da Silva e Gilberto A. Scopinho

(11) 3872-1195 | www.sergiomonello.com.br

Educação para uma saúde solidária

Organização social potiguar reúne profissionais da área da saúde e educação para promover a visão integral do ser humano em suas atividades

FELIPE MELLO

programa@cantocidadao.com.br

*“Cuide-se bem,
Eu quero te ver com saúde
E sempre de bom humor e com boa vontade...”*

Se o Programa de Educação e Saúde Solidária (Pess) tivesse um hino, seria a música intitulada *Cuide-se bem*, cujo pequeno trecho foi reproduzido acima. Criada em Natal, capital do Rio Grande do Norte, há aproximadamente 4 anos, a iniciativa tem como missão apoiar, criar e promover ações para capacitar pessoas que atuam nas áreas de educação e saúde, tendo como perspectiva a visão integral do ser humano.

O Doutor Hunter Patch Adams, médico que teve seu método projetado mundialmente após o lançamento do filme *O amor é contagioso*, estrelado por Robin Williams, certamente estaria de acordo com a diretriz do Pess. Isto porque Patch Adams defende, há mais de 30 anos, uma forma diferenciada de estabelecimento de relações interpessoais, especialmente aquelas ligadas à área da saúde. De forma muito sensível e inteligente, Adams viaja o mundo dizendo que, quando o foco é a doença, é possível ganhar ou perder. No entanto, também afirma que, quando o ser humano é tratado de forma integral, o único resultado possível é a vitória, não importando qual o desfecho do caso. Observando-se as ações promovidas pelo Pess, notadamente os seus encontros com profissionais e estudantes, percebe-se um alinhamento evidente com a parcela – felizmente cada vez maior – de pessoas determinadas a vencer o pior de todos os males: a indiferença.

Reunir e capacitar pessoas

O principal esforço dessa organização social sem fins lucrativos concentra-se na realização de encontros que reúnem profissionais da área da saúde e educação, para que se crie um clima favorável à humanidade e à solidariedade, em atividades importantes para a dinâmica social. Segundo Diana Ribeiro Dantas, médica e vice-presidente do Pess, “educadores mais atentos e preocupados com o futuro de seus discípulos, assim como médicos e enfermeiros – entre outras funções – conscientes de seu papel de acolhimento em momentos agudos, certamente podem construir os pilares essenciais de um ser humano. Mas quando não atuam corretamente, podem ceifar potenciais e vidas precocemente”.

Em meados de setembro, representantes do Canto Cidadão – organização responsável por este espaço na **Revista Filantropia** – foram convidados pelo Pess para apresentar uma palestra na primeira edição da Semana da Humanização na Saúde, Educação e Segurança, e ficaram motivados a apresentar a fórmula utilizada por acreditar que esta pode ser replicada em muitos outros locais, devido a sua combinação de simplicidade e eficiência.

A iniciativa de realizar tais encontros não nasceu de órgãos oficiais, e sim de um grupo de pessoas que se estruturou, organizou os primeiros eventos e, depois, decidiu fundar o Pess. “A idéia é inovadora, pois essa visão humanística é deficiente nas escolas e universidades, com formação de profissionais voltados para um mercado de trabalho competitivo, em vez de cooperativo e pronto para atender às necessidades da comunidade.

O principal esforço do Pess concentra-se na realização de encontros que reúnem profissionais da saúde e educação, para se criar um clima favorável à humanidade e à solidariedade



Diferentes momentos durante palestras de humanização na saúde realizadas pelo Pess

Precisamos de competência e habilidades éticas, políticas e de autodesenvolvimento”, informa Diana.

Os encontros na área de educação são voltados para profissionais e estudantes da área, assim como para interessados. A finalidade é a redescoberta dos valores humanos universais na educação integral, uma vez que, na visão dos organizadores, o verdadeiro educador é aquele que prepara o ser humano para a vida, de modo que possa exercer sua profissão como um todo.

Já os encontros na área de saúde têm como finalidade a difusão de uma medicina integrativa, humanística e consciente, baseada na medicina hipocrática, na qual o ser humano é constituído por um corpo físico, mental, espiritual, além de possuir uma força curativa interior. “Os temas abordados procuram mostrar a medicina como ciência, arte, filosofia e espiritualidade, assim como evidenciar a necessidade na reforma de ensino em nossa área. Batalhamos bastante para trazer médicos e estudantes de medicina, uma vez que o Pess percebe que esses grupos possuem deficiências na visão humanística, e têm dificuldades em trabalhar em equipes multiprofissionais e transdisciplinares, além de exercerem a medicina de forma mecanicista ou cartesiana”, aponta a vice-presidente da entidade.

Passo a passo

Definido o tema central dos encontros, a organização elabora uma programação que atenda a interesses multiprofissionais, com a definição de palestras, vivências e debates importantes para alcançar os objetivos propostos. Os palestrantes são escolhidos por

seus conhecimentos científicos e por sua capacidade de enxergar o tema proposto de forma holística. Dessa forma, conta Diana, “escolhemos um local apropriado para o evento e buscamos o apoio de órgãos públicos e empresas particulares, ao mesmo passo que já damos início à divulgação do evento. Pela boa receptividade que estamos encontrando, presumimos que os temas humanização e solidariedade tocam bem fundo o coração das pessoas”.

O impacto dos encontros se verifica em vários níveis: pessoal, familiar, comunitário e laboral. Ao observar os aspectos pessoais, verificam-se transformações oriundas do chamado à responsabilidade interior. Na família e na comunidade, há uma promoção da consciência das responsabilidades sociais, educativas e no desenvolvimento da humanização e educação solidária. Em termos laborais, os profissionais envolvidos têm a oportunidade de fazer uma auto-avaliação, redescobrimdo o verdadeiro papel de sua ocupação. Como lembra Diana, “ninguém cura ninguém e ninguém se cura sozinho, as pessoas se curam no encontro. E mais, ninguém ensina a ninguém e ninguém aprende sozinho, as pessoas aprendem no encontro”.

Além do formato de encontros, a entidade colabora com participações frequentes em atividades ligadas a instituições de saúde. Um exemplo é o Programa de Assistência e Cuidados da Hipertensão Arterial do Hospital Universitário Onofre Lopes da UFRN, o “Pacha”. Nessa iniciativa, o Pess colabora nas reuniões semanais intituladas Terça da Educação e da Paz, assim como nas Caminhadas Mensais, no projeto Hidro na Praia e nas

atividades festivas anuais como festa junina, comemoração natalina e outras.

Outro exemplo é a parceria com o Programa de Humanização do Hospital Giselda Trigueiro (HGT) da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte. Dessa parceria resultam projetos como o Conte Comigo, A Arte como Reintegração Humana e Auto-Estima, todos eles orientados para a promoção do bem-estar de freqüentadores hospitalares, assim como a sensibilização de profissionais.

O conjunto de ações coordenadas desse grupo de profissionais voluntários do Pess, que dedicam parte de seu tempo e conhecimento para promover a melhoria dos resultados de sua profissão, tem um papel social considerável, pois causa um movimento positivo que motiva os colegas a renovarem suas formas de pensar e agir, ao mesmo tempo que contribui para que os estudantes se formem conhecendo outras maneiras de cumprir seu papel. Sendo assim, que cada vez mais pessoas cantem:

“Cuide-se bem!

Pra nunca perder esse riso largo,

E essa simpatia estampada no rosto.” ☺

PESS – Programa de Educação e Saúde Solidária

Rua Coronel Luciano Saldanha, 2.923
Capim Macio – CEP 59078-390
Natal/RN

ongpess@ieg.com.br

(84) 217-2530 / 9406-3067

Felipe Mello. Radialista, palestrante e diretor da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Resoluções do CNAS

Mudanças nas resoluções do CNAS transferem competências a outros ministérios

SERGIO ROBERTO MONELLO

E MARCELO MONELLO

atendimento@sergiomonello.com.br

Sergio Roberto Monello



As resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) trazem diversas mudanças nas responsabilidades de cada órgão. Por meio da resolução nº 141, o CNAS passa a adotar os pareceres da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social, aprovados pelo Ministro de Estado, para tomar suas decisões. Conforme estabelece o artigo 17 da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), o CNAS é órgão superior de deliberação colegiada e, ao acatar esses pareceres, há uma distorção de competências. O Conselho é órgão vinculado à estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que possui consultoria jurídica própria. Desse modo, seus pareceres deveriam, quando muito, ser subordinados somente ao MDS, e nunca ao Ministério da Previdência Social.

Na verdade, pelo fato de o Conselho Nacional de Assistência Social ser um órgão superior de deliberação colegiada, suas decisões não deveriam estar subordinadas a nenhum dos ministérios. Se as decisões do conselho forem fundamentadas nos pareceres da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social ou do MDS, não existirá mais paridade entre os representantes da sociedade civil e governamental, pois sempre prevalecerá a vontade do Estado.

Nenhum processo oriundo do CNAS em grau de recurso deveria ser analisado pelo Ministro de Estado da Previdência Social nem pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mas somente pelo próprio CNAS, para que não houvesse a descaracterização decisória entre os representantes da sociedade civil e governamentais.

Entretanto, qualquer recurso ao Ministro de Estado da Previdência Social torna-se praticamente nulo ou sem efeito se os processos forem analisados com base nos pareceres da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social, já que o pensamento dominante deste ministério se esgota no próprio CNAS com a aplicação dos referidos pareceres. Portanto, ao analisar qualquer

processo tendo como fundamento as diretrizes definidas em pareceres da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social, quem coordenará as tipificações das ações de assistência social não é mais o CNAS, nem o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mas sim o Ministério da Previdência Social.

De acordo com o artigo 7º da Loas, as normas expedidas pelo Conselho serão observadas quanto às ações de assistência social, no âmbito das entidades e organizações de assistência social. Assim não resta dúvida de que, com essa decisão, o CNAS está renunciando o que está contido no § 1º do art. 18 da Loas (*Compete ao Conselho Nacional de Assistência Social, normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social*). Ainda pode-se concluir que, ao acolher os pareceres da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social quanto ao acolhimento ou não de gratuidades, o CNAS vai desqualificar a luta de anos dos protagonistas da elaboração da política da assistência social e de todos os que lutam pelo Terceiro Setor por meio de um ordenamento jurídico aplicável às entidades beneficentes de assistência social.

Outro aspecto dessa resolução refere-se à transferência de recursos da entidade mantenedora à mantida. A instituição é designada como *mantenedora* por meio de sua sede e foro jurídico, e *mantidas* por meio de suas filiais. A transferência de recursos financeiros entre a mantenedora e a mantida não pode ser analisada como distribuição de parcelas do seu patrimônio, por se tratar da mesma pessoa jurídica, até porque os recursos continuam na mesma instituição.

Se a intenção foi disciplinar convênios beneficentes e filantrópicos ou de parcerias com outras instituições, dotadas de personalidade jurídica própria, o CNAS deve regulamentar isso de forma precisa, para que não haja problemas para as entidades beneficentes de assistência social.



Se as decisões do conselho forem fundamentadas nos pareceres da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social ou do MDS, sempre prevalecerá a vontade do Estado

Por estratégia de assistência social, muitas entidades são captadoras de recursos e de assessoria. Então, por que essas instituições não podem aplicar seus recursos em ações assistenciais por meio de outras instituições? As parcerias no Terceiro Setor são cada vez mais comuns. Em relação às parcerias firmadas por meio de convênio entre pessoas jurídicas distintas, como poderá ser considerada a gratuidade praticada pela entidade doadora? Situações como essa precisam ficar bem claras em resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social.

Por meio de auxílios e subvenções, o Estado constitui parcerias com entidades do Terceiro Setor. Assim, o Estado justifica sua ação de assistência social por meio da aplicação de recursos no setor social, inexistindo qualquer distribuição de parcelas de seu patrimônio, mas sim **investimento social**. Agora, com a revogação da Resolução CNAS nº 196/2002, que possibilitava as parcerias entre entidades beneficentes, não estará o CNAS inviabilizando ações coordenadas em redes sócio-assistenciais e descaracterizando as ações praticadas pelas entidades parceiras?

A resolução nº 144 também deve preocupar os dirigentes de instituições beneficentes. Ela disciplina a confecção de *nota técnica*, que servirá de embasamento para as decisões do colegiado do CNAS. De acordo com essa resolução, a nota somente passará a integrar os autos do *Processo de Pedido e/ou Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social* no ato do julgamento do processo, ficando evidente o cerceamento de defesa aos representantes das instituições.

Essa decisão do CNAS cerceia o direito das entidades beneficentes de assistência social de se manifestarem sobre um instrumento processual, que é a nota técnica, que servirá de base ao julgamento de cada processo. O impedimento das instituições de se manifestarem sobre a nota técnica fere frontalmente o Direito Administrativo (Lei nº 9.784/1999), pelo qual o “*administrado tem direito de formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente*” (art. 3º, inciso III) bem como o inciso LV do art. 5º da Constituição Federal, que assim preceitua: “*aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes*”.

Sergio Roberto Monello. Advogado e contabilista, sócio-diretor do Escritório Contábil Dom Bosco.
Marcelo Monello. Sócio-diretor do Escritório Dom Bosco.

Marcelo Monello



Maximizando a Responsabilidade Social de sua empresa!



Comunicação e responsabilidade social empresarial. Nós sabemos como fazer.

Instituto Parceiros da Vida de Comunicação & Responsabilidade Social Empresarial • SP - PR - RS - DF - RJ • www.parceirosdavid.org • www.haasocial.org

Apoio:

Hardman Altemfelder Aguiar

ACDelco
Soluções para todos os mercados

Hertz

Cervelli

McDonald's

filantropia

RS
Oficina de Arte e Comunicação

Maxpress
O seu canal com a Internet

RADIOATIVA

Secretaria
MDS/MSD

Relacionamento digital no Terceiro Setor

A internet deve ter prioridade máxima na comunicação de uma entidade. É o modo mais eficaz, rápido e barato de propagar suas atividades

MARCIO ZEPPELINI
marcio@zeppelini.com.br

O desenvolvimento da grande rede mundial tem produzido mudanças consideráveis na comunicação das ONGs com seus colaboradores, doadores, fornecedores e outros atores que compõem o cenário de uma entidade social. Além de ser mais rápida, a divulgação via internet é barata e proporciona ao visitante uma interatividade muito maior do que a mídia impressa.

Destacam-se nesse âmbito diversas formas de comunicação virtual, como o e-mail marketing, a *newsletter* on-line, a simples comunicação via e-mail e, finalmente, o website, que precisará ser dotado de ferramentas de administração remota e ter a preocupação da constante atualização para que não perca seu dinamismo devido à inércia e falta de informações novas.

O Terceiro Setor, seguindo a consolidada tendência corporativa, seja a entidade pequena, média ou grande, deverá pautar, com devida predileção, ações para o desenvolvimento e crescimento de sua comunicação digital, investindo recursos em websites, equipamentos, acesso rápido à internet, bem como campanhas de captação de recursos via grande rede.

Um lugar para guardar informações

Nenhum lugar é de mais fácil acesso do que um website. É um ambiente seguro em que qualquer pessoa interessada no projeto poderá conhecer sua entidade de qualquer parte do mundo. Os projetos desenvolvidos passam a ter repercussão física amplificada e, com isso, ganha-se força e credibilidade. Ter informações precisas e atualizadas no site desobriga a dar atenção mais dedicada a interessados em saber mais sobre a

história, tipo de atividades, recursos, voluntariado e outras informações relevantes da organização.

É possível, por exemplo, criar uma “sala de imprensa”, onde jornalistas de qualquer parte do mundo poderão dispor de fotos e textos de boa qualidade para suprir alguma reportagem que estejam produzindo. E esses profissionais poderão dar continuidade ao seu trabalho de divulgação em seu veículo de comunicação sem depender da disponibilidade de um funcionário da entidade – em muitos casos, é a própria diretoria quem cuida da separação de fotos e textos para encaminhamento ao jornalista.

A prestação de contas, demonstrando onde foram aplicados os recursos advindos de terceiros, passa a ser mais ágil, sendo possível, inclusive, fazer um disparo por e-mail aos principais doadores de uma prestação de contas mensal, bimestral ou semestral. Tudo isso de forma automática e on-line.

Um cartão de visitas

A presença na internet de uma entidade social é mais que um trabalho mercadológico. É um fator decisivo, ao colaborador em potencial, entre ajudar ou não ajudar. Hoje em dia as pessoas não têm mais tempo para nada, não conseguem sair sequer para almoçar e, infelizmente, também não costumam ter tempo para realizar seus trabalhos voluntários ou mesmo de visitar uma ou outra entidade. Portanto, a realização de um bom trabalho na internet, que supra os anseios daquele colaborador, pode significar uma ferramenta poderosa na captação de recursos financeiros e humanos. As imagens e textos ali presentes, se bem selecionados e dispostos de forma clara e objetiva, conseguem mostrar um pouco do que a entidade faz e transmitem uma imagem mais confiável, se comparado a outra instituição, cujo trabalho é divulgado somente pelo telefone.

O envio de mensagens

É importante que exista uma política de manuseio e envio de e-mails para que não torne a entidade “chata”. E-mails com novidades acerca do trabalho em questão deverão ter, na maioria dos casos, periodicidade com espaço mínimo de 15 dias e conter informações relevantes para que faça valer o tempo que o destinatário gastará para ler.

A seleção de e-mails a quem seriam destinadas as mensagens precisa ser cuidadosamente analisada. Comprar CDs de fontes “suspeitas” com milhões de e-mails de pessoas que jamais ouviram falar da entidade não funciona. Essa prática proporcionará uma legião de inimigos, um nome “queimado” e, se houver denúncia, poderá levar o site ao bloqueio pelo provedor que hospeda as informações.

No entanto, se todos os colaboradores que ajudam ou ajudaram a entidade, ainda que por uma única vez, tiverem a oportunidade de receber informações por e-mail, a frustração estará mais perto de não existir. O cadastramento desses endereços deve também passar por uma constante atualização, que poderá ser feita via telefone ou mesmo por e-mail.

Apesar de o recebimento de e-mails não solicitados (*spams*) ter se tornado um trabalho cotidiano maçante, os usuários da internet dependem excessivamente dessa forma de comunicação e, por isso, checam todas as mensagens recebidas, filtrando os e-mails por grau de interesse.

No caso de uma entidade, o apelo à questão social desperta interesse maior nas pessoas do que uma propaganda de microcomputadores, por exemplo. Ponto para as entidades!

Uma pesquisa realizada pela empresa WBI Brasil revela que cerca de 60% dos usuários lêem as mensagens não-personalizadas, especialmente se for um assunto de interesse. A pesquisa também mostra que 80% dos usuários recebem até 10 boletins comerciais por dia, entre os quase 80 recebidos cotidianamente.

Portanto, investir na internet é uma questão de sobrevivência, pois aquele “futuro em que as pessoas se comunicarão somente pela internet” já chegou. ☺

Marcio Zeppelini. Consultor em comunicação para o Terceiro Setor, editor da Revista Filantropia, produtor editorial graduado pela Universidade Anhembi Morumbi e diretor executivo da Zeppelini Editorial & Comunicação.

“BOAS MANEIRAS” NAS AÇÕES DE E-MAIL MARKETING

A Associação Brasileira de Marketing Direto (ABEMD) elaborou uma relação de “boas maneiras” para contribuir na estruturação de ações de e-mail marketing. Trata-se de uma série de recomendações que conduzem a uma utilização ética, pertinente e responsável do e-mail como ferramenta de marketing. Essas orientações se fundamentam no respeito aos destinatários das ações e, também, no uso adequado da internet, o que certamente contribuirá para as entidades alcançarem os resultados desejados e construir um relacionamento sólido e de confiança mútua com os colaboradores em potencial. Eis algumas delas:

- 1 Opt-in.** O primeiro recebimento é muito importante, porque marca o início da relação. É preciso ter permissão para prosseguir o relacionamento, por meio do *opt-in* do receptor, tanto quando ele procura como quando é procurado. Quando é a pessoa quem procura a entidade, é o campo onde é feita a opção pelo recebimento de mensagens.
- 2 Opt-out.** Toda mensagem precisa ter *opt-out*. É prerrogativa do receptor decidir o momento em que não quer mais receber mensagens de determinado emissário.
- 3 Tamanho dos arquivos.** Procure sempre limitar o tamanho dos arquivos enviados, seja no corpo das mensagens ou nos anexos. Deve-se ter sempre em mente o público da mídia inferior em capacitação tecnológica (software, hardware e modalidade de conexão). Sugere-se mensagens no formato txt ou html, este

último com tamanho máximo de 12 KB, e que as figuras (gifs) não estejam anexadas na mensagem, mas sim localizadas em servidor próprio.

- 6 Auto-executáveis.** Não devem ser enviados arquivos com autofuncionamento. Os auto-executáveis são arquivos que os programas gerenciadores de e-mail conseguem ler e interpretar, iniciando automaticamente algum processo que não é necessariamente desejado pelo receptor. Essa modalidade de arquivo também torna o sistema vulnerável à transmissão de vírus (voluntária ou não).
- 7 Relevância.** O consumidor não se incomoda em receber uma mensagem, desde que seja relevante para ele. Portanto, preocupe-se sempre com o conceito de relevância.
- 8 Frequência.** Deve-se preferencialmente oferecer ao cliente que assinala a opção de preferência dele na frequência de recebimento de informações ou solicitar que ele opte entre as diversas alternativas de periodicidade que são oferecidas. Quando não for possível oferecer que faça a opção, deve-se deixar claro qual a frequência de envio das mensagens.
- 9 Política de relacionamento.** É sempre conveniente que se tenha clareza na política de relacionamento adotada, o que pode ser feito por meio de um contrato/compromisso assumido formalmente com o consumidor.

 www.abemd.org.br



- Assessoria e gestão empresarial
- Balanço social
- Projetos sociais, culturais, ambientais, artísticos e desportivos
- Patrocínios e parcerias públicas, privadas e internacionais
- Enquadramento nas leis de incentivo
- Assessoria jurídica

www.soerg.com.br

Tel. (11) 5584-6912

Fax (11) 5594-0006

soerg@soerg.com.br

PAULETTE MAEHARA

Um dos nomes mais respeitáveis do mundo em mobilização de recursos para entidades sem fins lucrativos, Paulette Maehara aborda a realidade desta área no Brasil

DANIELA TCHERNIACOWSKI

Presidente e Diretora Executiva da Associação de Profissionais de Mobilização de Recursos (Association of Fundraising Professionals – AFP), Paulette Maehara é considerada hoje um dos maiores nomes em mobilização de recursos no mundo.

Sua carreira teve início há cerca de 20 anos, durante uma campanha de voluntários feita boca-a-boca, no Havaí, realizada pela Fundação Dimes de Deficiências de Nascimento (March of Dimes Birth Defects Foundation). “O evento teve muito sucesso e descobri que realmente gostava de captar recursos”.

Desde então, ela foi construindo uma formação que combina amplo conhecimento de mobilização de recursos com forte experiência em gerenciamento de associações.

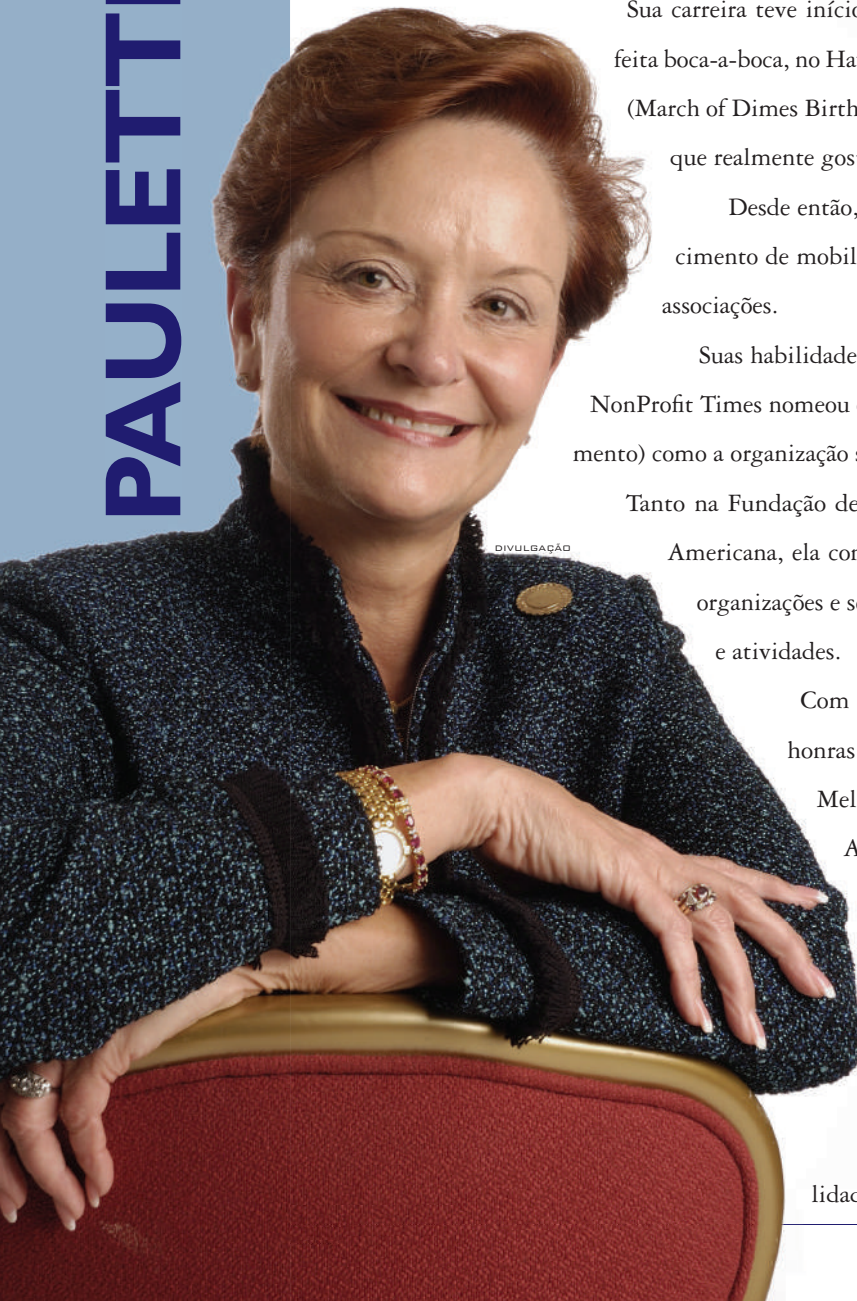
Suas habilidades de liderança foram ressaltadas em 1994 quando o jornal The NonProfit Times nomeou o Projeto Hope (quando ela era vice-presidente de Desenvolvimento) como a organização sem fins lucrativos que mais crescia no país.

Tanto na Fundação de Epilepsia (Epilepsy Foundation) quanto na Cruz Vermelha Americana, ela concluiu, com sucesso, iniciativas que uniram e consolidaram as organizações e seus afiliados, levando a um grande aperfeiçoamento de serviços e atividades.

Com vários anos de atuação prestigiada, Maehara recebeu diversas honras. Em 1994, o trabalho pelo Projeto Hope ganhou o prêmio Melhor Programa de Mala Direta (Best Direct Mail Program) da Associação de Marketing Direto da América.

Mais recentemente, a executiva foi escolhida pelo The NonProfit Times como uma das 50 maiores influências na área da filantropia nos últimos cinco anos (1999-2004).

Em entrevista exclusiva à **Revista Filantropia**, Paulette Maehara fala dos principais desafios em captação de recursos e destaca o papel dos profissionais brasileiros para a sustentabilidade das organizações sem fins lucrativos do país.



Revista Filantropia: *Qual deve ser o perfil de um bom captador de recursos?*

Paulette Maehara: Ele deve ser muito otimista, já que ouve a palavra “não” freqüentemente. Geralmente os captadores de recursos são abençoados com excelente habilidade em lidar com as pessoas, capacidade de ouvir e conectar um doador a uma instituição e, no processo, prover ao doador muita satisfação em relação à contribuição. Também precisa ter visão. No caso do Brasil, como a filantropia e a captação de recursos são ainda relativamente novas, os profissionais precisam ter habilidades para conduzir a missão e a visão da organização. Precisam estar inspirados e levar essa inspiração para doadores potenciais e ao público. Eu ainda recomendo fortemente aos captadores e às entidades que tenham um plano estratégico engatilhado: “Qual é a missão? Como a alcançaremos? Do que precisamos? O que podemos oferecer à comunidade? Quais são nossos pontos fortes e fracos?” Um plano não só define seu curso de ações, mas também contribui para a visão. Se as pessoas puderem ver que existe um plano e uma visão, saberão que o trabalho é levado a sério.

Por último, por mais importante que um plano seja, é preciso ser flexível e apto a inovar. É impossível dizer o que vai dar certo e o que não vai. Os captadores precisam estar abertos a novas alternativas. Se não arriscarmos, nunca saberemos do que somos capazes e nunca descobriremos as oportunidades que estão por aí.

Filantropia: *Do que um captador de recursos precisa para não perder a confiança dos doadores?*

PM: Ser transparente, fazer comunicados sobre a organização freqüentemente, nunca deixar de reconhecer o doador e usar seus fundos nos propósitos para os quais foram doados. A comunicação com o doador é fundamental. Entidades eficazes enviam *newsletters* ou encontram outras maneiras de se comunicar com os

doadores e com o público sobre o que estão fazendo. Para manter um doador fiel, é preciso fazê-lo se sentir parte da organização até porque ele quer saber se está fazendo diferença.

Filantropia: *Quais são os principais problemas com ética na área de captação de recursos? Você poderia nos dar exemplos concretos de situações que mostram esses problemas?*

PM: O Código de Princípios Éticos e Padrões de Prática Profissional da AFP tem 18 princípios que são seguidos pelos nossos profissionais de captação de recursos. É pedido aos 26 mil membros da AFP que renovem a assinatura do código a cada ano. A AFP, por exemplo, exige que seus membros não sejam remunerados de acordo com a porcentagem de dólares levantados. Os membros da AFP também não podem aceitar comissão ou honorários de intermediários pelos serviços. Esses tipos de negociações podem parecer atraentes a princípio, especialmente para entidades menores ou novas, mas, depois de um tempo acabam prejudicando a confiança que o público tem na entidade e cria situações em que indivíduos ganham injustamente.

Filantropia: *É possível criar um consenso mundial sobre a forma de pagamento dos captadores de recursos?*

PM: Como foi dito, o Código de Ética da AFP proíbe a remuneração, comissão e honorários de intermediários baseados na porcentagem. Acabamos de concluir a 2ª Conferência Internacional sobre Ética em Amsterdã. Recebemos, juntamente com outras organizações de captação de recursos no Reino Unido e na Austrália, 23 organizações de 23 países do mundo. Um dos objetivos em longo prazo da conferência é a criação do código universal de ética no qual associações de captação podem se inscrever. Concordamos

Filantropia? Na hora de escolher os auditores você não pode ter dúvidas.

A TSA presta serviços de auditoria independente, especializados em auditoria de entidades filantrópicas.

Somos uma empresa
de Auditoria especializada
no segmento de

“Entidades Filantrópicas”.

Sob a responsabilidade técnica
dos contadores

**Nilton Antonio Tiellet Borges e
Ivan Roberto dos Santos Pinto -**

ambos com registro na CVM
orgulhamo-nos de ter conquistado
credibilidade e eficiência. Com uma
equipe de profissionais competentes
neste segmento, a TSA está
preparada para proporcionar à sua
Entidade a tranquilidade de ter
realizado um ótimo investimento.



TSA AUDITORES ASSOCIADOS

Av. Nova York, 10/508
Porto Alegre/RS • CEP 90550-070
Fone/Fax: (51) 3325.2080
E-mail: tsa@tsa.com.br

“Os captadores

de recursos

brasileiros são éticos,

têm princípios e

trabalham seguindo

um código de ética”



DIVULGAÇÃO

que é possível criar tal código e um grupo de trabalho foi formado para iniciá-lo e apresentá-lo na 3ª conferência em 2005.

Filantropia: *Como você vê o Terceiro Setor no Brasil? Quais são os desafios?*

PM: O Terceiro Setor está crescendo no Brasil, assim como em grande parte dos países. Isso porque as necessidades das comunidades do mundo estão superando a habilidade dos governos de ajudar aqueles que precisam. O desafio para o Brasil é aprender como atingir populações locais com a mensagem apropriada. De acordo com minha experiência, a filantropia existe em todos os países, embora talvez não receba esse nome. Os brasileiros são generosos e apóiam o Terceiro Setor. O ponto chave é não impor às pessoas que a filantropia seja organizada, mas perceber como ela pode funcionar por meio de estruturas já existentes, programas e tradições. Cada país desenvolve um estilo diferenciado de filantropia, assim como o Brasil. Não há caminhos certos ou errados. As pessoas precisam se sentir comprometidas com o trabalho da organização e sentir que elas ganham com o resultado. Nesse sentido, as entidades brasileiras precisam experimentar e ver que tipos de apelos, técnicas, métodos e processos se conectam com as pessoas e trazem os melhores retornos.

É importante para as organizações do Terceiro Setor comprometerem os recursos necessários para construir e manter um programa social de longa duração. Entidades podem levar anos para fazer com que seus programas se desenvolvam ao máximo que podem. Por isso, elas precisam deixar claro às pessoas como os fundos serão usados e qual o tempo esperado para o sucesso das ações.

Filantropia: *Qual sua opinião sobre os captadores de recursos brasileiros?*

PM: São éticos, têm princípios e trabalham seguindo um código de ética. Isso é fundamental porque os captadores são, normalmente, a primeira pessoa de uma organização

que os doadores conhecem, e é por meio desse captador que o doador vê a organização e a causa. Os profissionais de captação de recursos carregam um grande fardo já que são os administradores do crédito do doador. Fico muito impressionada com o profissionalismo que existe no Brasil.

Filantropia: *A mídia é um caminho importante para levantar fundos no Brasil, mas nem todas as instituições têm acesso a ela. Qual é sua opinião sobre isso?*

PM: A mídia tem um papel muito importante para criar consciência sobre organizações sem fins lucrativos. Aqui na América do Norte, ela é crucial em disseminar mensagens ao público sobre o papel das organizações sem fins lucrativos. Elas precisam se comunicar melhor e educar a mídia sobre o seu papel na comunidade. Procurar a mídia e ser transparente sobre a organização e suas práticas de negócios é uma boa tática e ela será, na maioria dos casos, abraçada pela mídia. Entretanto, muitas organizações novas não devem esperar receber muita exposição, mas se concentrar mais em estabelecer uma base sólida de doações e operar programas bem-sucedidos. Sucesso traz sempre mais sucesso e, nesse caso, atenção da mídia.

Filantropia: *Qual é a importância da captação de recursos para a sustentabilidade de organizações sem fins lucrativos?*

PM: Captar recursos é absolutamente essencial para a sustentabilidade de qualquer entidade ou organização sem fins lucrativos. A captação é o combustível para toda ação. Obviamente os programas e serviços são importantes — mostram como as entidades realizam suas missões. Mas é impossível realizar esses programas sem o dinheiro e o apoio gerados pela captação. Captação também é fundamental para a sustentabilidade porque levanta o perfil do público de uma organização. Mesmo se uma pessoa não doar imediatamente, vai saber que existe uma organização e conhecer sua missão por meio da captação de recursos, e isso pode resultar em apoio no futuro. Quando uma organização pode mostrar que é sustentada com a captação de recursos, há mais chances das pessoas doarem porque sabem que a organização é sustentável e seus programas estão tendo impacto. Em outras palavras, captação cria sustentabilidade, sustentabilidade cria programas e programas bem-sucedidos criam captação de recursos.

Filantropia: Qual é o perfil de grandes doadores hoje em dia?

PM: De forma geral, os doadores estão mudando porque as gerações estão mudando. Eles querem saber como seu dinheiro está sendo gasto, qual a diferença que esse bem faz para a missão e querem estar envolvidos. Isso acontece principalmente com os mais jovens. Os doadores são muito diferentes e suas visões sobre filantropia são tipicamente formadas pelas suas atitudes culturais em relação às doações. Dessa forma, é essencial que as organizações entendam isso enquanto criam mensagens e *cases* de captação de recursos. No passado, os grandes doadores eram brancos, homens de meia-idade que doavam à universidade em que estudavam ou outras instituições grandes e conhecidas, como um hospital. Agora, vemos mais mulheres como grandes doadores, assim como pessoas de todas as culturas e etnias. E a quantidade de entidades que eles estão ajudando tem sido mais diversificada. Não é incomum ver gru-

pos ambientais e organizações internacionais receberem grandes contribuições agora, o que era raro no passado.

Filantropia: Qual é o papel dos governos para a sustentabilidade das instituições?

PM: Na maioria dos países, os governos estão começando a diminuir a quantidade de dinheiro direcionado ao Terceiro Setor. Esse declínio se deve ao direcionamento de fundos a outras áreas do governo ou à necessidade de reduzir os gastos governamentais. Os governos estão dependendo mais das organizações sem fins lucrativos para oferecer serviços fundamentais. Dito isso, o papel do governo é entregar serviços e eles podem ser excelentes parceiros das entidades filantrópicas. Dinheiro forte do governo para ganhar apoio filantrópico é uma combinação muito poderosa e gera ganhos e vitórias tanto para o governo como para as pessoas ajudadas pela organização. 

O Código de Princípios Éticos e Padrões de Prática Profissional da AFP

Conheça os destaques entre as 18 normas que procuram guiar, de forma ética e responsável, o trabalho dos captadores de recursos.

Em relação às obrigações profissionais, a AFP pede que o membro da entidade reconheça seus limites individuais de competências e seja verdadeiro sobre sua experiência e qualificação.

Ao solicitar fundos, o membro da AFP deve garantir que todos os materiais solicitados estejam corretos, reflitam a missão da organização e sejam éticos quanto o valor dos impostos de grandes doações. A administração adequada de contribuições, incluindo relatórios sobre o uso e gerenciamento de fundos é outro ponto que um captador precisa enfatizar nesse momento ao doador.

Manter as informações sobre o doador apenas dentro da organização também é imprescindível para estabelecer a confiança entre quem pede recursos e quem os dá.

Já a forma de compensação, segundo as normas da entidade americana, são claras: não se pode aceitar nada baseado em porcentagens de contribuições, nem honorários de intermediários.

O pagamento é feito apenas segundo a performance do profissional, como bônus, que deve ser dado de acordo com práticas realizadas nas organizações dos próprios membros.

 www.afpnet.org/ethics



Cursos in company

- **Práticas Contábeis para o Terceiro Setor (Módulos Básico e Avançado)**
- **Reorganização Patrimonial e Societária das Entidades Sociais e Religiosas**
- **Planejamento Legal Tributário - Como conquistar e manter Imunidade e Isenção Tributária (Módulos Básico e Avançado)**
- **Técnicas de Recuperação Tributária**
- **Prestação de Contas das Entidades Sociais aos Órgãos Públicos (INSS, MJ, TCM, CNAS)**

Informações:

Tel (11) 3161 5286 | comercial@economica.com.br

www.economica.com.br

**Agora a
ECONÔMICA
vai até você**

A missão do
Instituto Ethos é
ajudar empresas a
serem socialmente
responsáveis

Em busca de uma sociedade sustentável

THAÍS MENDES

Realizado por empresários e executivos do setor privado, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização não-governamental que nasceu para apoiar as empresas no gerenciamento de seus negócios e na atuação socialmente responsável. O trabalho é feito de forma voluntária, sem nenhum tipo de cobrança.

Hoje, o Instituto Ethos tem renome no Terceiro Setor e conta com 940 associados que empregam aproximadamente 1 milhão de pessoas e correspondem a 30% do PIB brasileiro. Segundo o presidente do instituto, Oded Grajew, “é necessário que a empresa tenha a cultura da responsabilidade social incorporada a seu pensamento. Desenvolver programas sociais apenas para divulgar a empresa, ou como forma compensatória, não traz resultados positivos sustentáveis ao longo do tempo”.

A organização realiza diversos eventos ligados ao Terceiro Setor durante o ano e também faz a entrega de quatro prêmios: Prêmio Ethos - Valor, um concurso para universitários sobre responsabilidade social; Prêmio Ethos de Jornalismo, que homenageia jornalistas que produzam matérias sobre o tema; Prêmio Balanço Social, que analisa e premia os melhores balanços sociais.

Grandes companhias como Banco do Brasil, Bradesco, Carrefour, Pão de Açúcar, McDonalds e Petrobrás são também associadas ao instituto à procura de orientação. Entretanto, empresas de qualquer porte podem

se associar e melhorar sua atuação na área social. “Todo tipo de empresa, independentemente do porte, do setor e da quantidade de funcionários, pode desenvolver ações de responsabilidade social, pois o necessário é ter vontade política. Individualmente ou em grupo, qualquer empresa pode agir”, afirma Grajew. 

As quatro linhas de atuação da Ethos

- **Responsabilidade social empresarial:** ampliação do movimento, sensibilização de empresas, formação de parcerias e debates sobre o tema.
- **Práticas de responsabilidade social empresarial:** Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, Conferência Nacional Anual, publicação de balanços sociais e manuais.
- **Influências:** influenciar mercados a fim de criar um ambiente favorável à prática da responsabilidade social, com a participação em conselhos governamentais e com o desenvolvimento de critérios de investimentos socialmente responsáveis com fundos de pensão no Brasil.
- **Políticas públicas:** desenvolvimento de políticas públicas para promover a responsabilidade social; participação das empresas no controle da sociedade, por meio da transparência governamental e conduta ética, além da cobrança das responsabilidades legais; divulgação do tema e processos de consulta a parceiros.

 www.ethos.org.br



O Instituto Ethos tem 940 associados que empregam aproximadamente 1 milhão de pessoas

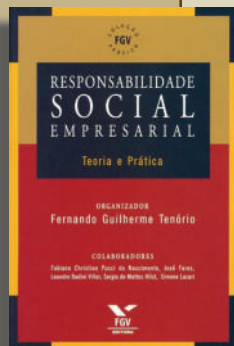
Livros

Responsabilidade Social

Empresarial – Teoria e Prática

A obra (Editora FGV, 208 págs., R\$ 23) organizada por Fernando Guilherme Tenório reúne dissertações de mestrados de alunos da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape/FGV). O livro mostra a construção histórica do conceito de responsabilidade social, como as empresas atuam nessa área e as justificativas para essas ações, além de fazer uma pequena introdução ao marketing societário. Também apresenta casos e aborda o marketing social

www.editora.fgv.br

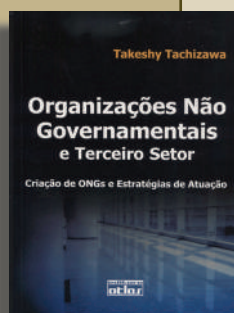


Organizações

Não-Governamentais e Terceiro Setor – criação de ONGs e estratégias de atuação

Escrito por Takeshy Tachizawa, doutor em administração pela FGV, o livro (Editora Atlas, 272 págs., R\$ 38) aborda técnicas relacionadas à gestão de ONGs e outros tipos de organizações que compõem o Terceiro Setor. Há um roteiro sobre como criar uma organização, com seus trâmites legais e burocráticos e, ainda, uma análise das empresas do Segundo Setor e sua atuação social.

www.edatlas.com.br



Terceiro Setor – desenvolvimento Social sustentado

Organizado por Evelyn Ioschpe, a obra (Editora Paz e Terra, 173 págs., R\$ 21,50) reúne artigos de jornalistas, sociólogos, advogados, executivos e administradores sobre temas variados ligados ao Terceiro Setor. Entre os autores estão Ruth Cardoso, Lester Salamon, Gilberto Dimenstein, Joaquim Falcão e Rubem César Fernandes.

www.pazeterra.com.br



Empreendimentos Sociais Sustentáveis

O livro (Editora Peirópolis, 144 págs., R\$ 42) traz a experiência resultante da parceria de duas importantes instituições: a Ashoka Empreendedores Sociais e a McKinsey & Company. Por isso, aborda planos de negócios para a área social e é rica em conhecimentos para administradores do campo social, além de mostrar a importância das organizações da sociedade civil na economia mundial.

www.editorapeiropolis.com.br



Censo Gife 2004

Realizado pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), o Censo Gife 2004 fez um levantamento sobre os investimentos feitos por organizações que repassam voluntariamente recursos privados para projetos sociais, culturais e ambientais. Uma das revelações da pesquisa é que o orçamento de 2004 previsto para projetos sociais aumentou em 22% em relação ao ano passado. Desde 2001, o repasse cresceu 36%. Outro dado interessante é que a educação é priorizada por 87% dos investidores privados.

www.gife.org.br

Encontro Latino Americano de Juventudes

O encontro, também conhecido como Jam Latina, é direcionado a jovens entre 17 e 35 anos que queiram trocar experiências sobre problemas sociais e ambientais e procurar soluções para eles. O evento acontece de 16 a 24 de janeiro de 2005, em Porto Alegre.

www.tiglobal.org/jamlatina

Meu Livro, Seu Livro

Parceria entre a livraria Nobel e a ONG Alfabetização Solidária, o projeto de incentivo à leitura Meu Livro, Seu livro vai doar livros a entidades carentes. Durante a campanha, serão lançados dois livros especiais por ano, abordando temas que estimulem o hábito da leitura e ofereçam noções de cidadania. Iniciado em outubro de 2003, o projeto já beneficiou milhares de crianças carentes pelo país.

www.livrarianobel.com.br

www.alfasol.org.br

Brazil Foundation seleciona projetos

A Brazil Foundation iniciou em 15 de setembro sua seleção anual de projetos para 2005. Poderão enviar propostas instituições com iniciativas voltadas para as áreas de educação, saúde, direitos humanos, cidadania e cultura de qualquer lugar do Brasil com orçamentos de até US\$ 10 mil. O edital 2005 e o formulário, indispensáveis para a inscrição, devem ser baixados no site da Brazil Foundation. O prazo final para envio das propostas é 15 de dezembro de 2004.

www.brazilfoundation.org

Apadrinhamento de animais

A Sociedade Zoófila Educativa (Sozed), que desde 1969 luta pelos direitos dos animais, criou um programa para aqueles que gostariam de ter um animal de estimação, mas não podem. Basta escolher um animal da entidade e ajudá-lo com uma quantia periodicamente, que será revertida em alimentos e despesas com medicamentos. Informações sobre o "afilhado" serão enviadas. Caso o animal seja adotado, o padrinho pode escolher outro para ajudar.

www.sozed.org.br

Sites enganam leitores usando o nome da AACD

Alguns sites têm publicado falsas informações sobre a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), solicitando que o internauta faça download de um cartão para contribuir com R\$ 0,75 para a entidade, que serão supostamente descontados da conta telefônica. A AACD sempre realiza campanhas de arrecadação de donativos, mas essa não é verdadeira. Para ajudar a instituição, procure mais informações no site da associação ou pelo telefone.

 www.aacd.org.br
 (11) 5576-0777

Pós-graduação no Terceiro Setor

O curso de pós-graduação Gestão no Terceiro Setor, do Senac-SP, oferece capacitação para melhor gerenciamento de uma instituição. A gestão é estudada a partir dos desafios do setor e do contexto político e econômico atual. As inscrições estão abertas até 28 de janeiro de 2005 e o curso tem duração de 18 meses.

 www.sp.senac.br
 posterceirosetor@sp.senac.br

Vitrine Social

Já estão à venda cartões de Natal das ONGs: Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais (Avape); Hospital Pequeno Príncipe; Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (Graacc) e a ONG Visão Mundial.

Avape

 www.avape.org.br
 (11) 4993-9200 ou 4426-6444

Hospital Pequeno Príncipe

 www.pequenoprincipe.org.br

Graacc

 www.graacc.org.br
 (11) 5908-9104 ou 5908-9101

Visão Mundial

 www.visaomundial.org.br
 (81) 3428-3555

Sites

Alianças e parcerias

Lançamento do Gife, Ashoka, Avina e Ethos, o site da Aliança Capoava traz um mapeamento das publicações brasileiras sobre alianças e parcerias entre organizações da sociedade civil e empresas. São 106 obras organizadas por região, tipo e ano de edição. A bibliografia inclui publicações como artigos on-line, periódicos, livros, materiais de congressos e seminários, publicações institucionais, relatórios de pesquisa, teses e dissertações.

 www.aliancacaoava.org.br

Voluntariado

A nova versão do Portal do Voluntário está no ar e trouxe uma ferramenta inovadora: a V2V, que significa voluntário para voluntário. Nesse espaço é possível se cadastrar e fazer parte de uma rede social que reúne voluntários de acordo com suas afinidades. Cada pessoa cria sua homepage e interage com os outros, convocando pessoas para se engajarem em diversas ações.

 www.portaldovoluntario.org.br

Direitos da criança e do adolescente

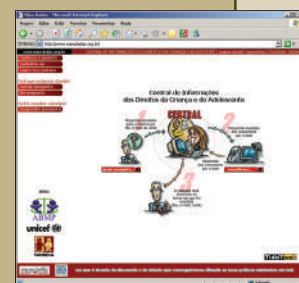
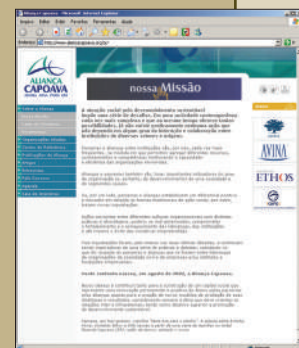
O site da Central de Informações dos Direitos da Criança e do Adolescente é um espaço para que os usuários esclareçam suas dúvidas sobre a infância e a juventude. Basta enviar a pergunta pelo site e esperar a resposta, que será dada por uma equipe de consultores voluntários.

 www.maosdadas.org.br

Campanha Fique Sabendo

O site da rede do Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (Gapa) está apoiando a campanha Fique Sabendo, que incentiva a realização de testes de HIV. No site há informações sobre o que é o teste, onde fazê-lo gratuitamente, além de tirar outras dúvidas. De acordo com o Ministério da Saúde, cerca de 400 mil pessoas são portadoras do vírus HIV no Brasil e não sabem.

 www.gaparp.org.br





Logotipo do Instituto Criar de TV e Cinema

DIVULGAÇÃO

Ação social por trás das câmeras

O apresentador Luciano Huck utiliza conhecimentos de TV e cinema para ajudar comunidade carente

THAÍS MENDES

Sucesso entre os adolescentes, Luciano Huck apresenta todos os sábados um programa de entretenimento que atrai milhares de telespectadores pelo Brasil. Apesar da agenda atribulada, a preocupação em ajudar o próximo tornou-se uma de suas prioridades.

A idéia existe desde 2003 e a inauguração do projeto que pretendia capacitar jovens carentes para o mercado de trabalho da área de produção para TV e cinema já aconteceu em 2004. Com o nome Instituto Criar de TV e Cinema, o projeto selecionou cem jovens entre 15 e 24 anos para participar de cursos técnicos como cabelo e maquiagem, cenografia, computação gráfica, produção, edição, figurino, operação de áudio e vídeo, operação de câmera, operação de luz e roteiro. Além disso, há palestras e *workshops* com famosos do ramo.

A principal intenção do instituto é viabilizar estúgios para os alunos em empresas ligadas à área, pois o curso, oferecido em um “estúdio-escola”, proporciona experiência e abre portas para futuros empregos. Em entrevista à *Revista Filantropia*, Luciano Huck explica mais detalhes sobre o projeto.

Revista Filantropia: Como surgiu a idéia de criar o instituto?

Luciano Huck: Nesses últimos dez anos, trabalhei muito pela minha carreira e achei que estava na hora de devolver um pouco disso para a sociedade. Durante uma gravação do meu programa, me dei conta de que existiam cerca de 70 profissões diferentes envolvidas. A área audiovisual oferece um manancial de oportunidades, todas com formações técnicas. Desde então, há três anos trabalho a idéia do Instituto Criar de TV e Cinema.

Filantropia: Como o projeto começou a ser concretizado?

LH: Ano passado contei a um amigo que tinha a idéia de montar uma ONG que tivesse como objetivo capacitar jovens de baixa renda em profissões ligadas ao cinema e à televisão. Até aquele momento era apenas uma idéia. De repente, ele sacou um talão de cheques e me confiou R\$ 50 mil. Tive a sensação de que minha responsabilidade na vida havia aumentado 50 mil vezes. Saí de lá com um novo desafio. Hoje, tenho a certeza de que esse amigo mudou a minha história e meus objetivos.

Filantropia: Quais foram outros meios utilizados de captação de recursos?

LH: Fizemos, por exemplo, o leilão de lançamento do projeto onde leiloamos oportunidades inalcançáveis, como um almoço com a Ana Maria Braga, uma partida de golfe com o Ronaldinho, um jantar com Rodrigo Santoro, entre outros. A meta era arrecadar recursos para a construção do estúdio-escola, sede dos cursos do instituto. O resultado foi surpreendente: arrecadamos R\$ 1,5 milhão em duas horas, que foram destinados à construção do estúdio-escola.

Filantropia: Como é feita a seleção dos alunos?

LH: Os alunos são escolhidos por meio de indicação de ONGs de São Paulo que trabalham ou já trabalharam com comunicação. Em 2004, as oficinas contaram com cem alunos, mas ano que vem haverá 200 vagas. Como não queremos alunos ociosos, é feita uma pesquisa anteriormente para saber o que cada um gosta mais de fazer.

Filantropia: Na sua opinião, qual é o melhor caminho para melhorar a situação social do país?

LH: Acredito que o único jeito de mudar o Brasil é investir em educação. O único meio de mudar esse ciclo de exclusão em que o Brasil está imerso é dar ao jovem a oportunidade de ter uma profissão. 

 www.institutocriar.org.br

Luciano Huck e os alunos do Instituto Criar na inauguração do projeto



DIVULGAÇÃO